

MINISTÉRIO

Uma Revista para Pastores e Obreiros

ADVENTISTA

JAN/FEV 84



NÚMERO 1



**1000
DIAS DE
COLHEITA**



**A Verdade do Santuário –
Ensino Fundamental do Adventismo**

ÍNDICE

EDITORIAL

O Custo Elevado do Evangelismo 3
Davi D. Dennis

EVANGELISMO

A Campanha Evangélica Nacional da Colômbia 4
Carlos E. Aeschlimann

OBRA PASTORAL

O Cuidado dos Recém-Nascidos 5
Mark Finley

A SAÚDE DO PASTOR

Ao Começar um Novo Dia 8
Irma B. de Vyhmeister

O PASTOR

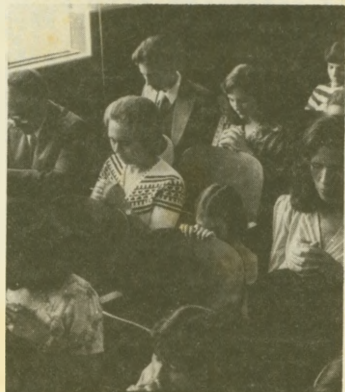
Um Ministério Mais Elevado 10
Ellen G. White

TEOLOGIA

A Verdade do Santuário — Ensino Fundamental do Adventismo 13
L. E. Froom

A Igreja e Israel em Romanos 9-11 17
Dr. Hans K. LaRondelle

A Graça da Lei 20
Jack Blanco



O MINISTÉRIO ADVENTISTA



ANO 50 Nº 1 JAN/FEV 84

Gerente Geral:
Wilson Sarli

Redator-Chefe:
Rubens S. Lessa

Redator:
Naor G. Conrado

Colaborador Especial:
Daniel Belvedere
Colaboradores:
João Wolff

José C. Bessa
Alcides Campolongo
Severino Bezerra
Jefte de Carvalho

Direção de Arte:
Rogério Sorvillo
Vieira

Progr. Visual:
César Luís Pagani
Assinatura Anual:
Cr\$ 1.200,00

Todo artigo ou qualquer correspondência para a revista *O Ministério Adventista*, devem ser enviados para o seguinte endereço: Caixa Postal 12-2600 70279 - Brasília, DF

Capa: A. Rios



Editado bimestralmente pela Casa Publicadora Brasileira,

Av. Pereira Barreto, 42 —
09000 - Santo André,
São Paulo

O Custo Elevado do Evangelismo

Davi D. Dennis
Diretor do Serviço de Revisão de Contas
da Associação Geral

Como é avaliado o valor de uma alma?

A economia de nossa sociedade muitas vezes nos obriga a fazer malabarismos com as nossas prioridades e a procurar dirigir as finanças de acordo com isso. Tal é verdade, quer sejamos administradores de Associação ou União, avaliando as diversas necessidades de igrejas, instituições e compromissos; o pastor de uma congregação, esperando terminar o ano com o orçamento da igreja equilibrado; ou um tesoureiro da Associação Geral ou de alguma Divisão, procurando distribuir fundos mundiais onde sejam mais eficazes. Com todas as demandas competitivas de tempo e dinheiro, como vamos computar quanto devemos gastar para alcançar os perdidos? Que valor devemos dar ao indivíduo que não conhece a Jesus Cristo? Por nós mesmos é difícil sabê-lo. Mas o Céu nos proveu uma resposta: "Porque Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o Seu Filho unigênito." S. João 3:16. O Céu não reteve coisa alguma; ele não podia dar mais. Nem foi o Salvador sozinho que pagou o preço final. "Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo." II Cor. 5:19. Deus sofreu com Seu Filho. Na agonia do Getsêmani, na morte do Calvário, o coração de infinito amor pagou o preço de nossa redenção. Só quando temos em mente o exemplo divino podemos começar a compreender o imenso e incalculável valor de uma alma.

Concordamos facilmente com essa lógica. Quando enfrentamos, porém, a dura realidade de um orçamento desequilibrado e as pressões para enfrentar tantas e prementes necessidades do evangelho, muitas vezes relutamos em aumentar nossos gastos com o evangelismo direto. Queremos aplicar nossos fundos em programas em prossecução. Há tantas necessidades! Nossa escassez se multiplica ao pensarmos não somente nos numerosos projetos em que já estamos envolvidos, mas também nos vastos campos missionários em que os recursos ainda são tão poucos.

Com a inflação corroendo as nossas reservas, freqüentemente é considerado prudente restringir nosso investimento em evangelismo público e pelos meios de comunicação. Como contador e administrador financeiro, muitas vezes tenho sentido essas pressões para reduzir e cercar. Sem dúvida, para ser responsáveis financeiramente, não podemos deixar de reconhecer a importância de examinar duas ou mesmo três vezes os nossos orçamentos para assegurar que os fundos dedicados à obra do Senhor não estão sendo gastos insensatamente naquilo que não é proveitoso. No entanto, nestes dias finais da turbulenta e pecaminosa história terrestre, estou persuadido de que precisamos expandir cuidadosamente nossos esforços e dispêndios evangelísticos diretos.

Minha convicção, mesmo como administrador, é que o evangelismo realmente não é dispendioso; ele compensa. Confesso que meus sentimentos para com seu valor se modificaram através dos anos. Creio que enquanto alguém não se empenha diretamente no evangelismo, não pode apreciar devidamente o seu valor.

Desde o tempo em que eu fazia o curso comercial no colégio, tenho ficado impressionado com os desafios das campanhas evangelísticas. Mas, como acontece com tantas ambições plausíveis, deixei que os anos fossem passando. Abafei o anseio de realizar evangelismo público com o débil pretexto, embora repetido com freqüência, de que os obreiros de escritório não tinham tempo nem aptidão para as asperezas do evangelismo. Minha vida como administrador, tesoureiro e revisor de contas estava tão repleta de responsabilidades prementes que meus sonhos dourados de realizar reuniões públicas foram esmorecendo. Em vez de visitação pessoal, assisti a inúmeras comissões e mesas administrativas; havia orçamentos para se-

rem equilibrados, em lugar da realização de batismos; reuniões de oficiais substituíram os estudos bíblicos; passei a promover a fidelidade no apoio financeiro em vez de apelos para entrega; produzi relatórios financeiros em lugar de sermões evangelísticos.

Não estou dizendo que as funções rotineiras da administração não sejam importantes. Não creio absolutamente que isso seja verdade. Contudo, parece ser tão fácil nos esquivarmos do propósito primordial da Igreja por causa dos necessários serviços de apoio.

Finalmente, há mais de uma década, resolvi enfrentar as linhas de frente. Comecei a fazer uma visita anual aos campos de colheita do evangelismo. Minhas primeiras experiências ocorreram nos territórios missionários que nos circundavam durante nosso serviço no Oriente. Hoje visitamos campos necessitados da América do Norte.

Confiando plenamente nas promessas de Deus para orientação e amparo, simplesmente deixo de lado, temporariamente, o trabalho que no passado parecia ser tão urgente, e me lanço numa série regular de evangelismo público, de três a quatro semanas de duração. Como sou agradecido aos numerosos pastores locais, cuja rotina diária os mantém em contato direto com as almas que necessitam da salvadora graça de Jesus! Eles têm sido um grande estímulo e inspiração para mim ao procurar labutar ao seu lado.

Depois de cada campanha há novas almas conquistadas para o reino. Estas têm inundado de amor o nosso coração, e oramos em seu favor ao labutarmos em prol de outros em nossos próprios círculos de familiares e amigos. Então, ao voltar ao escritório após a campanha, eu avalio o custo. Para minha surpresa, sempre há um grande lucro! Como isso é possível? O círculo cresce, e cada novo converso a Cristo se torna um doador de seu tempo, de seus talentos e de seus meios. Faz algum tempo recebi um periódico que trazia notícias do Extremo Oriente. Um artigo falava do trabalho de estudantes missionários do Colégio Mountain View, no Sul das Ilhas Filipinas. Podeis imaginar como eu me senti quando li que Frankie Cruz, que fora batizada alguns anos antes, durante uma série de reuniões que realizei na Ilha de Leyte, agora fazia parte de um grupo de jovens que preparam cinquenta pessoas para o batismo nas solitárias florestas de Mindanao?

E assim que o evangelismo compensa. É um círculo que se amplia cada vez mais. O evangelismo compensa financeiramente. Os dízimos aumentam, e se multiplicam as ofertas para fins evangelísticos. Mas ele compensa de um modo muito mais importante. Novos membros e amigos ingressam no redil de nosso amor, de nosso interesse e de nossas orações. Por sua vez, eles, como Frankie Cruz, estendem a mão para outros, num amplexo que se dilata cada vez mais. Não há maior dividendo do que este, tanto para o indivíduo envolvido no evangelismo como para a igreja.

Quanto vale uma alma? Uma alma vale o preço que Jesus pagou — tudo o que Ele era. E é isso que o evangelismo custa para nós — tudo o que temos e somos. Mas o evangelismo não somente custa alguma coisa. Ele também compensa. E a compensação é proporcional ao custo. Ao examinar minha própria alma, convenço-me de que não tenho dado a mim mesmo e de meus recursos da maneira como devo fazer — como a hora avançada em que vivemos o requer. Sei que o evangelismo paga ricos dividendos, e deseja dar como alguém que realmente crê que Jesus voltará em breve.

EVANGELISMO

A Campanha Evangelística Nacional da Colômbia

Carlos E. Aeschlimann
Secretário Ministerial e Evangelista da
Divisão Interamericana.

Durante a primeira parte do ano 1982 ocorreu na Colômbia um acontecimento singular chamado Campanha Evangelística Nacional, que consistiu numa campanha unida que abrangeu todo o país da Colômbia. Estiveram envolvidos quatro Campos locais, a União Colombo-Venezuelana e o Instituto Colombo-Venezuelano.

A campanha consistiu num programa integrado pelo mesmo tema, pela mesma propaganda e pela mesma organização em 600 lugares simultaneamente.

Todos Pregando

Na Campanha Nacional todos pregaram. O presidente da União, Pastor Luís Flórez, dirigiu uma das séries de mais êxito. Também pregaram todos os departamentais da União e todos os administradores e departamentais dos Campos locais, bem como 187 pastores e 422 pregadores voluntários. Por certo, o ponto alto foi a integração total dos leigos como evangelistas e instrutores bíblicos, os quais prepararam a maior parte dos candidatos, adestrados e supervisionados por seus pastores.

Organização Eficiente

A campanha foi dirigida por uma comissão nacional presidida pelo presidente da União Colombo-Venezuelana, Pastor Luís Flórez. O secretário ministerial e evangelista da União, Pastor Norberto Carmona, atuou como coordenador geral da campanha e encarregado do material. Cada Campo local tinha uma comissão de evangelismo nacional para o referido Campo. O mesmo acontecia em cada distrito e em cada igreja.

Foram traçados planos minuciosos que levaram em conta cada detalhe da campanha e formaram um folheto de 52 páginas. Cada pastor e cada igreja recebeu uma cópia desses planos.

Atuou como conselheiro geral da campanha o secretário ministerial da Divisão Interamericana, Pastor Carlos E. Aeschliman.

Cuidadosa Preparação Prévia

A preparação prévia começou um ano antes da primeira conferência. Houve reuniões especiais em que se explicou minuciosamente o plano a todos os obreiros. Depois foram realizadas reuniões com os pregadores voluntários.

Durante cinco meses se preparou o terreno mediante os seguintes métodos:

1. Escolas Sabatinas Filiais.
2. 300 classes batismais.
3. 25.000 cursos "Fundamentos de Uma Vida Melhor", casa por casa.
4. Reuniões dirigidas por leigos, em bairros e centenas de lares. Todo este trabalho prévio possibilitou que, no começo da campanha, houvesse milhares de interessados, muitos dos quais já assistiam aos cultos de sábado.

Grande Vitória

O resultado final da campanha de seis meses foram 4.560 batismos e mais de 3.500 interessados que serão batizados durante o ano. Organizaram-se 100 novas congregações e grupos através do país. Usaram-se 25.000 Bíblias e 20.000 cursos "20 Passos Para a Salvação".

Em Bogotá a campanha culminou

com uma concentração de 7.000 irmãos e um batismo de mais de 300 almas. Também houve uma concentração de milhares de irmãos na cidade de Bucaramanga. Em toda a Colômbia houve batismos no mesmo sábado e na semana que o seguiu.

Talvez o resultado mais positivo tenha sido a união de obreiros e leigos trabalhando ombro a ombro na pregação e na preparação de candidatos. Dessa maneira se reavivou nos membros o amor pelas almas, e os irmãos descobriram que são capazes de dirigir campanhas e ganhar almas para Cristo.

A campanha resultou numa bênção tão grande que a União Colombo-Venezuelana decidiu lançar desde 15 de janeiro de 1983 uma campanha unida que abrangerá todo o território da União, isto é, Colômbia, Venezuela e as Antilhas Holandesas. Serão sete Campos locais unidos numa campanha simultânea na qual esperam ganhar pelo menos 7.000 almas para Cristo.

A União Colombo-Venezuelana resolveu trabalhar arduamente durante os Mil Dias de Colheita, e esperam batizar 25.000 almas por dia.

É maravilhoso o que se pode conseguir quando há unidade de propósito e, sobretudo, quando se mobiliza a grande força da Igreja: os membros capacitados e orientados por seus pastores. ■

OBRA PASTORAL

Depois do seu nascimento, minha esposa e eu tivemos a importante responsabilidade de cuidar de nosso filho. Regularmente, nós nos levantávamos duas ou três vezes por noite para atender suas necessidades. Trocar de fraldas ocupava uma parte significativa de nosso tempo! Todas as nossas energias estavam concentradas nele, pois nosso filho quase não podia fazer nada por si mesmo. Não achamos, porém, que ele era um fracasso porque necessitava de tanta atenção. Nós o esperávamos! Agora ele tem quatro anos de idade, e ainda requer constante cuidado. Ainda não está plenamente amadurecido. Semelhantemente, novos membros, mesmo depois do batismo, precisam de cuidado, atenção e amor. Às vezes eles tropeçam e caem. Necessitam da cálida mão da amizade. Somente a bondade, o cuidado e a solicitude proverão o ambiente que os habilitará a continuar crescendo.

O batismo não é uma panacéia para solver todos os problemas es-

O Cuidado dos Recém - Nascidos

Mark Finley

Diretor do Instituto de Conquista de Almas da União do Lago, Chicago, Estados Unidos.

pirituais. Com frequência, o crente novo enfrenta alguns de seus mais graves desafios imediatamente após o batismo. Como ele se relaciona com os parentes não adventistas? Como desenvolve novos amigos? Como pode viver coerentemente em harmonia com as elevadas normas da Bíblia?

A Igreja precisa enfrentar o fato de que muitos provavelmente ficarão desanimados pouco depois do batismo. Se a igreja manifesta pouca tolerância para com seus erros, falta de compassiva compreensão de suas provações, a lancinante punhalada da crítica destruirá as bênçãos de sua nova fé, e o número

de apostasias será elevado. O batismo é um símbolo do novo nascimento, e não uma indicação de plena maturidade espiritual. Os novos membros são bebês espirituais; não se pode esperar que venham a sobreviver se forem entregues a si mesmos. A responsabilidade da igreja, portanto, é tomar cuidadosas providências para ajudar todo novo membro a desenvolver profunda e inabalável relação com Cristo.

Faz algum tempo, a revista *Reader's Digest* apresentou a pesquisa de dois orfanatos, intitulada: "O Tremendo Poder do Amor Humano." Num orfanato as crianças não desenvolveram adequadas habilidades de movimento. Deixaram de engatinhar ou andar no tempo certo. Seu vocabulário era limitado e seu aprendizado foi retardado. Os pesquisadores verificaram que os servidores nesse orfanato não gostavam de seus trabalhos. Tratavam as crianças com rudeza e só faziam o que eram obrigados a fazer. As crianças muitas vezes ficavam sós, e choravam durante horas a fio.

No outro orfanato, os pesquisadores encontraram um quadro de auxiliares dedicado e atento. As enfermeiras interessavam-se profundamente pelas crianças. Ali as crianças desenvolveram adequadas habilidades de movimento. Engatinharam e andaram no tempo certo. Acima de tudo, porém, desenvolveram disposições agradáveis e alegres. O amor faz diferença. Certamente há uma atmosfera numa igreja amorosa que estimula o crescimento.

É extremamente importante que os novos convertidos recebam amoroso cuidado após o batismo. É essencial que sejam visitados frequentemente. Ellen White expressa-o desta maneira: "Os recém-chegados à fé devem receber um trato paciente e benigno, e é dever dos membros mais antigos da igreja cogitar meios e modos para prover auxílio, simpatia e instrução para os que se retiraram conscienciosamente de outras igrejas por amor da verdade, separando-se assim dos cuidados pastorais a que estavam habituados.... Os novos convertidos necessitam de ser atendidos — vigilante atenção, auxílio, animação. Não devem ser deixados a si mesmos, presa das mais poderosas tentações de Satanás; eles precisam ser instruídos com relação a seus deveres, ser tratados bondosamente, conduzidos e visitados, orando-se com eles." — *Evangelismo*, pág. 351.

Cuidadosa avaliação dos novos convertidos na Igreja Adventista do



A. Rios

Sétimo Dia convenceu-me de que há quatro grandes crises na vida do novo crente. Essas crises ocorrem geralmente nos dois primeiros anos. Assim como as primeiras etapas da vida de um bebê são críticas, os dois primeiros anos da vida de um converso também são difíceis. Esses anos iniciais estabelecem um perene modelo para crescimento e desenvolvimento espirituais.

A crise do desânimo. Esta crise ocorre quando um indivíduo deixa de viver de acordo com as normas elevadas que ele adotou imediatamente antes de seu batismo. O batismo é um compromisso público; os votos batismais constituem uma solene declaração de um estilo de vida cristão. Logo depois do batismo, o indivíduo descobre, porém, que as tendências de sua velha vida ainda estão presentes. Talvez perca a calma. Talvez transgrida o sábado. Talvez continue a ter problemas com antigas formas habituais de falar e pensar. Quando essas coisas se apegam novamente a ele, poderá haver um período de grande desalento e um senso de derrota. Ele se sente como um hipócrita. Sua reação natural é fugir do contato com a igreja, assim como Adão e Eva fugiram da amorosa presença de Deus, devido ao sentimento de culpa.

Alguns sintomas da crise causada pelo desânimo são os seguintes: absenteísmo da igreja, modificações significativas nas formas de assistência a acontecimentos sociais ou reuniões de oração, reconhecível perda de alegria na vida cristã, evidente falta de vontade de demorar-se na igreja, aperto de mão apressado, aspecto de desânimo ou disposição muito séria.

A seguir, apresentamos algumas soluções possíveis para a crise do desânimo. O indivíduo, amiúde, pode ser ajudado se a crise é descoberta rapidamente. Um telefone-

ma, uma palavra animadora, uma oração, um bilhete, uma visita pastoral — tudo pode ser como raios de esperança nas trevas. Essa pessoa precisa de animação mais do que de qualquer outra coisa. Certamente não necessita de condenação. Sentir o seu desalento, prestar atenção a seus problemas e oferecer genuína e sincera animação muitas vezes é exatamente o que ela necessita.

A crise de integração. Isto geralmente acontece nos primeiros seis meses. Ocorre quando o indivíduo deixa de substituir os velhos amigos em sua vida por amigos novos, ou quando uma pessoa aceita as doutrinas da Igreja, mas não é integrada em sua estrutura social. Já se sente só, isolada de velhos amigos e, provavelmente, de sua família, devido a sua nova entrega. Visto que os seres humanos se compõem dos aspectos físico, mental, espiritual e social, o indivíduo precisa tornar-se uma parte da rede da igreja. Precisa substituir antigos valores sociais por valores novos. Se não o fizer, ocorrerá a crise de integração.

Eis algumas insinuações que requerem cuidado: chegar tarde à igreja ou sair imediatamente após o hino final. A pessoa senta-se sozinha e tende a ser solitária. Raramente freqüenta as atividades sociais da igreja. Se o fizer, sentar-se-á sozinha. Para ela, a religião é simplesmente estar presente no sábado de manhã, porque crê nas doutrinas. Tal pessoa geralmente não assistirá à Escola Sabatina. Comunica-se muito pouco com os membros da igreja e não tem amigos íntimos na igreja. Talvez continue assim por semanas e meses; mas, cedo ou tarde, a menos que desenvolva uma plêiade de amigos na igreja, ela a abandonará.

Fazei diligentes tentativas para ajudá-la a desenvolver novas amizades dentro da igreja. Ela necessi-

ta de companheirismo social; afastai-vos de vossa rotina para convidá-la a participar das atividades sociais da igreja. Telefonemas serão mais eficazes do que uma carta ou anúncios públicos. Essa pessoa necessita de imediata atenção pessoal. Cordial e amoroso companheirismo e profundas relações pessoais são um fator significativo para evitar sua apostasia, e um convite para o almoço no sábado pode ser uma das melhores formas de medicina preventiva.

Durante os seis primeiros meses, mais indivíduos abandonam a igreja por causa de desânimo ou falta de integração, do que por qualquer outra razão isolada. No entanto, a maré da apostasia pode ser detida aí com bastante facilidade.

A crise do estilo de vida. Isto geralmente ocorre um ano a um ano e meio depois do batismo. A pessoa simplesmente deixa de integrar seu próprio estilo de vida com o sistema de valores da Escritura e da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Não incorporou o culto familiar em seu programa; dar graças às refeições é espasmódico; a observância do sábado é casual; ela continua a frequentar os velhos lugares de diversão; não tem uma vida devocional pessoal; passa pouco tempo em oração e estudando a Bíblia; não conhece realmente a Jesus. Em suma, embora esteja presente na igreja aos sábados de manhã, a atração da velha vida ainda é extremamente forte. Sua experiência pessoal com Cristo é superficial. As sementes do evangelho criaram raízes, mas há pouca profundidade.

Eis o que é provável que aconteça: Essa pessoa às vezes não frequenta a Escola Sabatina; falta constantemente ao culto de oração. Há superficialidade em sua experiência cristã, e bem pouco progresso significativo em sua vida. Ela não lê as revistas denominacionais nem assiste às reuniões especiais da igreja, como as reuniões gerais. Fala em generalidades da igreja, mas há pouca profundidade em sua própria experiência espiritual.

A maior necessidade daquele que passa por essa crise é a de significativo período devocional. Procurai envolvê-lo num pequeno grupo de estudo da Bíblia, com equipes de oração, estudo e testemunho. Isto é um notável incentivo para espiritualidade pessoal. No ambiente de um pequeno grupo de seis a oito pessoas, o crescimento espiritual pode ocorrer com mais facilidade.

A crise de liderança. Esta crise comumente ocorre depois que um

indivíduo demonstrou fidelidade a Cristo e Sua Igreja. Suponhamos que a igreja é relativamente pequena. Quando esse membro começa a encontrar seu lugar na estrutura da liderança, passa a ver o funcionamento interno da igreja. Talvez seja colocado na comissão de nomeações, e reconheça que nem todos os membros da igreja são "santos". As decisões de comissões e conselhos que tratam de problemas práticos da igreja lhe trazem perplexidade. A auréola que circundava todas as coisas relacionadas com a igreja fica embaçada. É muito provável que o choque de pertencer a uma igreja composta de seres humanos reais e faltosos ocasione uma crise espiritual em sua vida.

Os sintomas podem abranger o seguinte: crítica, bisbilhotice, deixar de guardar informações confidenciais obtidas em reuniões de comissões, ou uma sensação geral de desalento. A pessoa que passa pela crise de liderança talvez não aceite nenhum cargo na igreja. Por um lado pode haver críticas, e por outro, profundos sentimentos de ansiedade.

Comumente, uma ou duas sessões de aconselhamento que focali-

zem a inevitável tensão entre a debilidade e a insuficiência de qualquer liderança humana e a origem divina da Igreja serão suficientes para ajudar essa pessoa. A crise de liderança geralmente ocorre porque o indivíduo não tem maturidade espiritual para reconhecer a "humanidade" dos membros individuais. Convém explicar a todo adventista novato que é eleito para uma posição de liderança, a fragilidade de todos os seres humanos e a urgente necessidade de mútua cooperação. Nos aspectos em que a verdade não está em jogo, a unidade é mais importante do que as opiniões individuais.

Em cada uma dessas quatro crises é necessário um importante ingrediente para evitar a apostasia: solícito amor! Manifestai um amor que diga continuamente: "Estou interessado em você, e desejo ajudá-lo!" O amor manifestado num telefonema, num bilhete, num sorriso, num cordial aperto de mão, num convite para o almoço ou para o jantar, será mais eficaz do que um sermão para ajudar os bebês espirituais a evitarem essas crises comensais. ■■

Muitos indivíduos abandonam a igreja por causa de desânimo ou falta de integração.



Elio/Casa

AO COMEÇAR UM NOVO DIA

Irma B. de Vyhmeister

Para compreender melhor a importância do desjejum na vida diária, vejamos que pesquisas foram feitas neste sentido. A própria palavra "desjejum" indica que nessa refeição quebramos o jejum.

Numa pesquisa realizada numa fábrica de tecidos na Carolina do Norte, Estados Unidos, observou-se que três de cada quatro acidentes entre os empregados ocorriam com aqueles que não haviam tomado o desjejum. Hoje, em muitas empresas, são servidos alimentos aos que começam o trabalho, para evitar mais tarde penosos acidentes.

Durante nove anos, o Dr. Lester Breslow, da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, observou grande número de pessoas para determinar quais os "bons hábitos de saúde" que ajudam a ter menos morbidez e mortalidade numa população. Entre sete desses "bons hábitos de saúde", destacou o desjejum diário. Ao estudar a mortalidade das pessoas nesses nove anos e correlacioná-la com diversos "bons hábitos de saúde", verificou que a mortalidade era maior entre os que nunca ou raras vezes desjejuavam.

No entanto, as pesquisas efetuadas na Universidade do Estado de Iowa, que se estenderam por um período de dez anos, são as que mais aumentaram nosso conhecimento sobre o valor do desjejum. Participaram dessa pesquisa crianças, adolescentes, jovens, adultos e anciãos que ingeriram diversos desjejuns e se submeteram a provas para medir diferentes reações.

Quais foram os Resultados?

1. Todos os grupos envolvidos na pesquisa, com exceção dos escolares, ao ingerir um desjejum básico de cereal, leite, pão torrado e fruta, sofriam de menos tremor neuromuscular nas mãos e nos braços, ao final da manhã, do que os que



Um desjejum adequado proverá os nutrientes necessários para realizar o trabalho com eficiência.

omitiam o desjejum ou somente tomavam café preto.

2. Os que tomavam um desjejum básico reagiam mais depressa e resolviam um problema em menos tempo. Isto era especialmente notável nos anciãos. Os que tomavam um desjejum pesado (ovos, carne, pães doces, pão, frutas e outros alimentos), do mesmo modo que as pessoas que só tomavam café, reagiam com mais lentidão do que aqueles que tomavam um desjejum básico ou leve (leite, pão, fruta).

3. Os escolares, quer desjejuassem, quer não, tinham o mesmo poder para pegar ou apertar um obje-

to. Em compensação, os anciãos realizavam melhor o seu trabalho ao tomar um desjejum básico.

Há alguma Diferença no Rendimento Escolar?

A atitude dos alunos para com os deveres escolares e o rendimento nos estudos eram melhores nos estudantes em que o desjejum fazia parte do regime diário. Embora em pesquisas recentes não se observassem os mesmos resultados, subjetivamente as crianças trabalham e estudam melhor quando são supridas suas necessidades fisiológicas.

Que Quantidade de Proteína?

O sangue de uma pessoa em jejum contém 70 a 90 miligramas de açúcar (glicose) por 100 mililitros de sangue. Este nível se mantém com a alimentação e com processos glicolíticos e neoglicolíticos em que as células desdobram o glicogênio ou formam glicose de diversas substâncias.

Ao comer, o nível de glicose sobe para 120 a 140 miligramas por cento em uma hora. A secreção de insulina facilita a entrada da glicose nas células, e assim baixa o nível de glicose. Para que a pessoa se sintam bem, a glicose no sangue deve manter-se dentro dos limites biológicos.

Nas pesquisas de Iowa, um jejum básico com mais de 15 gramas de proteína mantinha a glicose, depois de duas horas, ao nível do jejum. Em compensação, com dez gramas de proteína ou um jejum com muito açúcar, ou se fosse omitido o jejum, nestas três condições havia um período hipoglicêmico na metade da manhã. Deduziu-se que a quantidade de proteína para o jejum não deve ser menor que 15 gramas.

A quantidade de proteína pode ser calculada usando os seguintes valores:

	Proteína
1 (uma) fatia de pão	2 gramas
1 (um) ovo	6 gramas
1 (uma) xícara de leite	8 gramas
1(uma) colherada de creme de amendoim	4 gramas
1/2 xícara de cereal	2 gramas
30 gramas de requeijão	6 gramas
30 gramas de queijo	7 gramas

Que Espécie de Proteína?

Quando a quantidade de proteína era maior que 15 gramas, a glicose do sangue não baixava a níveis hipoglicêmicos, mesmo que a proteína fosse de origem animal (ovos, carne, leite, queijo) ou de origem vegetal (creme de amendoim, leite de soja, cereais ou legumes).

Que é um Bom Desjejum?

1. Contém calorias suficientes. Um homem que trabalha moderadamente necessita de 3.000 calorias por dia; uma mulher, 2.000 calorias. O desjejum deve prover um terço ou um quarto dessas calorias.

2. Uma quantidade adequada de proteína (15-25 gramas).

3. Os alimentos devem refletir os costumes culturais e ser satisfatórios para os que os ingerem.

4. O desjejum deve ser variado. Um desjejum tradicional inclui cereal ou mingau ou pão, frutas ou seu suco, uma bebida preparada com leite, e às vezes um alimento rico em proteína, como requeijão, nozes, amendoim, ovos, ou queijo.

Uma nova idéia se tornou muito popular. É o jantar invertido. Os alimentos do jantar, incluindo o prato mais substancioso, as verduras, saladas, arroz ou mingau, são ingeridos no desjejum. Estranho? Sim, mas os que o têm experimentado acham este estilo excelente e se sentem muito melhor.

"Na ocasião do desjejum o estômago está em melhores condições de cuidar de mais alimento do que na segunda ou terceira refeição do dia. O hábito de tomar um desjejum insuficiente e um lauto almoço

mais facilmente quando o jantar é muito abundante. Portanto, para tomar o desjejum, deve-se começar com um jantar leve e precoce, à noite. Então o apetite será melhor no dia seguinte. Um desjejum básico, um bom almoço e um jantar bem leve são uma rotina que favorece definitivamente a saúde e o vigor físico e mental.

Voltemos por um momento aos exemplos do princípio.

João, sempre com pressa e sempre atrasado, deve fazer uma avaliação de seu estilo de vida e estabelecer prioridades. Provavelmente se deita muito tarde e não dorme o suficiente. Sete ou oito horas por noite são necessárias para descansar bem. Omitir o desjejum não o ajuda. Sua atenção não se concentra. Não pode usar o pretexto de que não tem tempo. Todos temos as mesmas 24 horas, e nos compete organizá-las devidamente.

Miguel, embora muito organizado, não se preocupa com o desjejum. Provavelmente janta tarde e abundantemente. Não faz muito exercício. Se ao levantar-se dedicar algum tempo para caminhar ou fazer exercício, e se jantar cedo e moderadamente, isto poderá ajudá-lo a resolver seu problema.

Para Maria o problema se torna cada vez mais complexo. Omitir o desjejum porque está descansada e tem suficiente força de vontade. Mais tarde, porém, come em excesso nas outras refeições ou ingere sanduíches entre as refeições. Nas pesquisas de Iowa, omitir o desjejum não era eficaz para reduzir o peso. Maria deve usar o jantar invertido como desjejum, almoçar bem e omitir o jantar ou tomar uma refeição bem leve nessa ocasião. Além disso, deve deixar de comer entre as refeições. Tal regime, com exercício diário, ajudará Maria a superar seu problema.

Para começar o dia, busquemos a Deus. Seu amor e proteção nos acompanham. Nossa mente, depois de descansar, está pronta para o dia. Porém, como um automóvel precisa de gasolina, a mente necessita da glicose que possa utilizar. E um desjejum adequado proverá a energia e os nutrientes que cada célula necessita para realizar seu trabalho com eficiência.

Que oportunidades encerra esse novo amanhecer! O sono noturno vivificou nosso sistema nervoso. Nós nos sentimos descansados, prontos para começar outro dia.

Mas, que faz João? Levanta-se à última hora, arruma-se rapidamente

te, pula para dentro do automóvel e vai para o escritório, deixando atrás de si uma senda desastrosa de desordem e mau humor. "Estou atrasado", diz ele.

Em compensação, Miguel organiza bem seu tempo. Levanta-se cedo todos os dias e estuda durante duas horas antes de ir para o colégio on-

de leciona. "Não tenho apetite de manhã cedo", declara ele.

Maria é uma enfermeira carinhosa e dedicada a seu trabalho. Vai muito cedo para o hospital, sem tomar o jejum. Fica preocupada por ser obesa, e quer diminuir de peso. "Por isso não tomo a primeira refeição", afirma essa pessoa.

Nestes três exemplos há algo em comum. Nenhum deles toma o jejum. Às vezes tomam apressadamente um copo de suco ou uma bebida quente. Este modelo se repete em muitos lares, e é o preço que se paga por viver tão intensamente. Mas, esse costume é saudável, lógico ou satisfatório? **■**

O PASTOR

Um Ministério Mais Elevado

Ellen G. White

Este artigo, que salienta a solene importância da obra do pastor, foi escrito enquanto a autora se encontrava em Basel, Suíça, e foi publicado originalmente na revista Review and Herald, em 22 de fevereiro de 1887, sob o título: "Nossa Sagrada Vocaçào."

Vivemos num importante período da história deste mundo, e precisamos ter agora constante ligação com Deus. Os atalaias sobre os muros de Sião precisam ser vigilantes e fiéis. Os que pretendem transmitir as palavras do Senhor ao povo devem atingir a mais alta norma de elevação espiritual; então eles não darão ao povo suas próprias palavras. Cristo nos diz: "Aprendei de Mim, porque sou manso e humilde de coração." Os que aprendem na escola de Cristo vigiarão e orarão. Crerão que Deus os imbuirá de Seu Santo Espírito, para que não falem suas próprias palavras ao povo, e, sim, as palavras que o Senhor lhes der. Os homens que labutam para ganhar almas para Cristo terão intenso interesse de ser bem-sucedidos neste trabalho.

Não queremos perder de vista o caráter sagrado e peculiar desta

missão de ministrar ao povo na palavra e na doutrina. A obra do pastor é falar ao povo as palavras da verdade — solene e sagrada verdade. Alguns adquirem o hábito de relatar anedotas em seus discursos, as quais têm a tendência de divertir a mente do ouvinte, removendo dela a santidade da Palavra de que estão tratando. Tais indivíduos deviam considerar que não estão transmitindo ao povo a palavra do Senhor. Demasiadas ilustrações não exercem uma influência correta; elas diminuem a sagrada dignidade que sempre deve ser mantida na apresentação da Palavra de Deus ao povo.

A ocupação especial do mensageiro comissionado por Deus é falar a verdade em toda a sua simplicidade e pureza. Se ele aprender na escola de Cristo, não depreciará seus discursos por meio de idéias

irrelevantes e relatando anedotas. Deve considerar que se encontra entre o eterno Deus e as almas que perecem. É o dever do ministro do evangelho cultivar o senso de sua elevada e sagrada vocação e evidenciar que aprecia os privilégios e as oportunidades colocados ao seu alcance por meio do exemplo de mansidão e amor de Cristo, e deve refletir sobre os Seus sofrimentos e morte, para que possa apoderar-se desses privilégios. Nunca deve tornar-se pusilânime e sem vivacidade em seus esforços, mas prosseguir constantemente para o alto e procurar tornar-se melhor habilitado pela graça provida por Cristo. Não deve contentar-se em ser meramente um pastor comum, mas um instrumento polido nas mãos de Cristo. Deve procurar constantemente, por suas palavras, por seu procedimento e por sua piedade, elevar os semelhantes e glorificar a Deus.

A obra e como ela é realizada tem grande importância; portanto, realizá-la devidamente requer a mais alta cultura e pureza de alma. Todo pastor deve tirar o máximo proveito das inestimáveis oportunidades colocadas ao seu alcance, e ter grande e santa confiança em Deus. Deve aumentar, pelo uso apropriado, os talentos que lhe foram confiados, e então serão ampliados seus poderes para fazer o bem; e seu empenho especial deve ser ganhar almas para Cristo. Alguns fazem tão grandes esforços para exibir sua oratória que exibem a si mesmos e mostram sua própria habilidade, mas não exaltam a Jesus Cristo perante as pessoas. Alguns procuram ardentemente ser perspicazes na argumentação, mas não evidenciam diante das pessoas o amor e a graça de Cristo no coração. Não deixam a impressão nas pessoas de que têm uma solene mensagem de Deus para os homens e de que conhecem a Jesus Cristo.

É importante que o pastor tenha o espírito de Jesus. Seus ensinamentos devem mostrar que ele se alimenta de Cristo, que vive de acordo com toda

palavra que procede da boca de Deus; e, em sua familiaridade com a Palavra de Deus, instará, quer seja oportuno, quer não, a fim de trazer coisas novas e velhas do tesouro de Deus. Revelará que se acha imbuído de solene senso do valor das almas, e que perde de vista o próprio eu ao apresentar ao povo as sagradas verdades de Deus. Não dará a impressão de que está buscando fazer uma ostentação intelectual, e, sim, apresentar a Jesus Cristo, e Este crucificado, diante do povo. Todo aquele que procura expor as Escrituras aos outros deve ter um senso permanente de sua responsabilidade para com Deus e compreender que se encontra diante de uma congregação de almas com quem terá de encontrar-se novamente no Tribunal de Cristo, e que sua mensagem será um cheiro de vida para vida ou de morte para morte. Apresentai diante de vossos ouvintes, em linguagem simples, as reivindicações da lei de Deus sobre os homens, enquanto vosso próprio coração é abrandado e enternecido por Seu Espírito. Esta é nossa mensagem. Deus deu ao homem Sua regra de vida em Sua santa lei, para orientar e controlar-lhe as palavras e ações. Esta lei não admite neutralidade. Ela tem relação com a vida de todo homem, e não abrandará sua autoridade enquanto cada caso não tiver sido decidido para a vida eterna ou para a perdição.

Se os ministros da Palavra se lembrassem de que terão de encontrar todo ouvinte individual perante o tribunal do Céu e prestar contas a Deus pela maneira em que sua missão tem sido realizada, e pelo motivo e espírito que têm incentivado suas ações, haveria um ministério mais elevado. Esta é uma responsabilidade de que os mensageiros da verdade não podem eximir-se, e o pastor que tem o senso da elevada natureza de sua obra, pode muito bem perguntar com Paulo: "Quem... é suficiente para estas coisas?" Sois um espetáculo para o mundo, para os anjos e para os homens. Os anjos se compadecem dos obreiros em suas responsabilidades, e vós, obreiros, não quereis cultivar idéias corretas de vossa elevada vocação e sagradas responsabilidades? Poderíeis ficar desesperados se não fosse a evidência e certeza de que vossa suficiência vem de Deus. O encargo que Paulo deu a Timóteo é o encargo que é dado a todo aquele a quem Deus enviou para labutar na grande seara. "Conjuro-te, perante Deus e Cristo Jesus que há de julgar vivos e mortos, pela Sua manifesta-

O obreiro cristão viverá como se estivesse na luz da presença de Deus.

ção e pelo Seu reino; prega a Palavra, insta, quer seja oportuno, quer não, corrige, repreende, exorta com toda a longanimidade e doutrina. Pois haverá tempo em que não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, cercar-se-ão de mestres, seguindo as suas próprias cobiças, como que sentindo coceira nos ouvidos; e se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas. Tu, porém, sê sóbrio em todas as coisas, suporta as aflições, faz o trabalho de evangelista [isto significa muito mais do que o simples sermão], cumpre cabalmente o teu ministério."

Ministrar abrange muito mais do que meramente pregar. A fim de cumprir esta sagrada e importante obra repleta de interesses eternos, o pastor precisa ser um homem de piedade vital, senão seus labores não serão aceitos por Deus. Tem de ser um homem que não tenha elevada opinião de si mesmo ou de sua própria capacidade, mas perca o senso de sua importância na eleva-



Erto/Casa

da concepção que ele tem da incomparável misericórdia e amor de Jesus Cristo. Anda então bem perto de Deus. Sua vida de piedade e verdadeira santidade que ele leva consigo aonde quer que vá e que está entretecida em todas as suas obras torna-o um obreiro bem-sucedido e eficiente. É colaborador de Jesus Cristo, e é fiel na obra que lhe foi designada como Cristo foi fiel em Sua obra. Por palavra e ação, não exaltará a si mesmo, mas falará de Cristo em suas conversações; orará a Cristo e pregará a Cristo. Esta é a espécie de ministério que prova que o obreiro foi chamado e escolhido por Deus para Sua sagrada obra. Em todo discurso Cristo é apresentado e exposto entre eles, não meramente na repetição de palavras, mas no profundo fervor do espírito; e a influência divina que acompanha a palavra dá prova cabal de seu ministério. Apenas sermonear não fará isto. É o espírito da labuta fora do púlpito que atesta o verdadeiro caráter do obreiro. A obra especial para este tempo precisa ser efetuada entrando em contato com as pessoas por meio do esforço pessoal; é a revelação de Cristo no profundo interesse demonstrado pelas almas daqueles por quem Cristo morreu. A piedade habitual que acompanha o obreiro cristão causará sua impressão, e o pastor não achará que é suficiente por si mesmo. Com freqüência se encontrará em oração, derramando a alma, como seu Mestre fez antes dele, com forte clamor e lágrimas. Então suas súplicas fervorosas e constantes o aproximarão de Deus. Viverá como se estivesse na luz de Sua presença. Seu procedimento e sua conversação quando está com os outros estarão voltados para o mais alto interesse da alma dessas pessoas. Levará os indivíduos a um lugar à parte, conversará e orará com eles; e é esta espécie de trabalho que será muito bem-sucedida.

Oh! há grande necessidade, por parte dos obreiros desta Causa, de ardente e profundo amor pelas almas daqueles pelos quais eles trabalham! Deus requer mais de Seus servos do que estes Lhe dão. Alguns formam o hábito de apresentar argumentos pelos quais obtêm um conhecimento superficial da verdade. Têm um conjunto de alguns discursos doutrinários e não almejam algo mais elevado. Não buscam familiarizar-se com as Escrituras, estudando as profecias para que possam manuseá-las em todas as ocasiões e em todos os lugares. Não têm no coração o Cristo que vive e permanece, e, portanto,

não gostam de demorar-se sobre os ensinamentos práticos de Cristo. Em vez de dar prova cabal de seu ministério, revelam ter apenas conhecimento restrito da verdade. Desconhecem tanto as Escrituras como o poder de Deus. Não passam tempo em meditação e oração. Não estão familiarizados com as atuações do Espírito de Deus. Não oram nem vigiam em oração. Mantêm Cristo afastado de sua vida. Seus discursos são insípidos, sem vida, sem Cristo, e tão destituídos dos elementos vitais como a oferta de Caim, na qual não estava expresso o Redentor do mundo e a eficácia do sangue de Cristo.

Jesus não é pregado em muitos dos púlpitos hoje em dia. É pregada toda e qualquer coisa, menos a Cristo, pela simples razão de que o pregador não está familiarizado com Cristo. Alguns têm o costume de estudar diversos autores, pensando que isto os ajudará grandemente em seus discursos. Adulam a si mesmos, supondo que têm um discurso muito intelectual, e talvez seja assim; mas o rebanho não é alimentado com o pão da vida; a manjedoura é colocada fora de seu alcance. O que o mundo e as igrejas necessitam hoje em dia é da pregação do sangue de Cristo e da virtude de Sua expiação, e de que lhes seja ensinado o que constitui pecado e de que o espírito de Cristo seja entretido em todos os seus trabalhos. O que o mundo necessita hoje em dia é saber o que precisam fazer para ser salvos. Há muitos discursos interessantes e agradáveis que o orador considera um grande êxito, mas não são registrados desse modo por Aquele que pesa tais discursos nas balanças do Santuário e declara estarem em falta. Falta o único elemento que poderia torná-los um sucesso — Jesus, a Luz do mundo.

Há necessidade de mais fervente oração, do coração do obreiro, pela bênção divina, antes que ele se aventure a falar ao povo. Quando o coração está em paz com Deus, quando a luz do Céu ilumina a alma, os lábios certamente proferirão as palavras de Cristo, apresentando os méritos do sangue de um Salvador crucificado e ressurreto. A atmosfera do Céu circundará o orador, e as almas sentirão realmente que estão assentadas nos lugares celestiais em Cristo Jesus. Não há um assunto mais necessário do que ensinar às pessoas, por preceito e exemplo, verdadeira piedade, fé e amor em Jesus Cristo. A maior parte do povo é mais ignorante do que muitos supõem. Precisam ser instruídos regra sobre re-



Arq. Casa

Quando a atmosfera celestial circunda o orador, as almas sentem que estão assentadas nos lugares celestiais em Cristo Jesus.

gra, e preceito sobre preceito, no tocante ao que devem fazer para ser salvos. Diplomados em colégios e pessoas nas esferas mais altas da vida, oradores eloquentes, hábeis estadistas e homens em elevadas e importantes posições de confiança têm dedicado as faculdades de seu ser e de seu intelecto a outras questões, em detrimento das coisas de maior importância para eles. Não conhecem as Escrituras nem o poder de Deus. Quando tais homens são vistos na congregação, o orador geralmente se esforça ao máximo para pregar um sermão intelectual, e é escolhido um assunto que terá o menos possível da simplicidade da autêntica religião bíblica e de sincero serviço a Deus. Eles não pregam a Cristo. Não definem que pecado é a transgressão da lei. Raramente tornam claro o plano da salvação. Raramente declaram o que precisamos fazer para ser salvos. O que teria tocado o coração das pessoas cultas, dos homens em posições de responsabilidade, teria sido mostrar-lhes a Cristo sobre a cruz do Calvário, para colocar a redenção ao seu alcance. Deve-se-lhes ensinar, como crianças, a tornar a Jesus seu amigo, a introduzi-Lo no trabalho de sua vida.

Os pastores precisam ter uma maneira mais clara e simples de apresentar a verdade assim como é em Jesus. Sua própria mente precisa compreender mais plenamente o grande plano da salvação. Então eles podem desviar a mente dos ouvintes das coisas terrenas para as espirituais e eternas. Há muitos que desejam saber o que precisam fazer para ser salvos. Querem uma explicação clara e simples dos passos requeridos na conversão, e não deve ser proferido um sermão sem que uma parte desse discurso esclareça especialmente a maneira

pela qual os pecadores podem dirigir-se a Cristo e ser salvos. Devem apontar-lhes a Cristo, como João o fez, e com comovente simplicidade, e com o coração imbuído do amor de Cristo, dizer: "Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!" Fortes e fervorosos apelos devem ser feitos ao pecador para arrependê-lo e converter-se. Os que negligenciam esta parte da obra precisam converter-se eles mesmos antes de aventurar-se a fazer um discurso. Aqueles cujo coração está repleto do amor de Jesus e das preciosas verdades de Sua Palavra conseguirão tirar do tesouro de Deus coisas novas e velhas. Não terão tempo para relatar anedotas; não farão esforço excessivo para tornar-se oradores, voando tão alto que não possam levar o povo consigo; mas, em linguagem simples, com comovente fervor, apresentarão a verdade como é em Jesus.

Precisamos de piedade vital a fim de ensiná-la a outros. Os que vivem a religião de Cristo darão vivo testemunho de Jesus. Dos tais Cristo diz: "Vós sois as Minhas testemunhas." Temos uma verdade sagrada e santificadora a apresentar a um mundo descrente e contestador. Temos fiéis testemunhos de advertência a serem dados ao mundo, e só podemos alcançar as pessoas por meio de Deus. Devemos introduzir a santificadora influência da verdade em nossa própria vida diária, e Deus nos habilitará para a obra de despertar a consciência entorpecida e embotada dos pecadores. Não devemos ficar satisfeitos enquanto os ouvintes não tenham o coração traspasado pelas poderosas convicções do Espírito de Deus, de sua culpa e pecaminosidade, e, sob o senso de seu perigo, exclamem: "Que farei para ser salvo?"

A VERDADE DO SANTUÁRIO

— Ensino Fundamental do Adventismo

L. E. Froom*

** Foi diretor da revista Ministry por 22 anos e secretário da Associação Ministerial da Associação Geral de 1941 a 1950. Este artigo é uma adaptação das páginas 541 a 555 de seu livro Movement of Destiny, publicado pela Review and Herald Publishing Association. Sua mensagem a respeito da considerável significação do santuário era importante então e é ainda mais importante hoje em dia.*

A verdade distintiva, característica e estrutural — o único ensino que identifica os Adventistas do Sétimo Dia e os distingue de todas as outras denominações cristãs, no passado e no presente — é o que sempre temos chamado de “A Verdade do Santuário”. Tem sido assim desde o começo, pois a verdade do santuário foi o primeiro ponto de vista a ser discernido e ensinado depois do desapontamento. E jamais perdeu essa posição central.

Todas as outras principais doutrinas que defendemos e ensinamos — o sábado do sétimo dia, a imortalidade condicional, o segundo advento, o espírito de profecia, a interpretação profética, o premilenialismo, a justiça pela fé, a imersão, o dízimo, etc. — foram defendidas por outros, por um grupo ou mais, no todo ou em parte, no passado ou no presente.

Todavia, nem na Igreja primitiva (quando os ensinamentos apostólicos ainda estavam intatos), nem na Igreja da Reforma (quando grande parte dos conceitos apostólicos foram recuperados e restaurados), foi ensinada a verdade do santuário celestial, com o seu sacerdote ministrante oficiando em duas fases distintas desse serviço mediador, sendo que

a segunda fase abrange as atividades da grande hora do Juízo de Deus no tempo presente.

Este silêncio do passado ocorreu pela simples razão de que a verdade do santuário só seria suscetível a discernimento e ênfase quando a hora do Juízo de Deus, que tinha sido predita, realmente chegasse na seqüência do tempo que lhe foi designado no plano divino. O Juízo, nos tempos apostólicos e mais além, era aguardado como algo a que se daria ênfase nos últimos dias, e o dirigente da Reforma, Lutero, achava que só ocorreria depois de uns trezentos anos (ver *O Grande Conflito*, pág. 301). Reconhecemos que ele não somente deve ser proclamado hoje em dia, mas constitui uma realidade que não pode ser omitida na propagação do evangelho em sua configuração e ênfase para estes últimos dias. Nós o consideramos apropriadamente como um extraordinário imperativo da verdade presente.

Conseqüentemente, importa que não somente creiamos de fato na verdade do santuário e a ensinemos, mas também que lhe demos uma posição central em nossa ênfase distintiva e identificadora para este tempo. Cumpre, portanto, que

a compreendamos claramente e então a proclamemos em nossa mensagem aos homens e por meio dela. E por esta razão muito simples: *Essa verdade é a essência do adventismo que abrange tudo.*

Com efeito, se não há um santuário real no Céu, se nele não ministra um grande Sumo Sacerdote, e se não há nenhuma mensagem sobre a hora do Juízo a ser anunciada à humanidade, da parte de Deus, neste tempo, não temos um lugar justificável no mundo religioso, nenhuma missão e mensagem denominacional distintiva, nenhuma justificativa para funcionar como entidade eclesiástica separada, hoje em dia.

Por conseguinte, toda debilitação, contestação ou depreciação da verdade do santuário não somente é algo sério, mas crucial. Qualquer afastamento ou abandono dessa doutrina fere o coração do adventismo e desafia sua própria integridade.

Fomos despertados por Deus e passamos a existir como direta resposta histórica para salientar essa verdade presente que abrange tudo e que por si envolve e constitui “um conjunto completo de verdades” [*O Grande Conflito*, pág. 422]. Com

efeito, todas as outras verdades essenciais são abrangidas por ela: a lei moral, o sábado, a expiação sacrificial, a mediação sumo-sacerdotal, o julgamento, a justificação e a santificação, a justiça pela fé, as recompensas e punições finais, o segundo advento e a total destruição dos ímpios impenitentes.

Conseqüentemente, a verdade do santuário não é uma doutrina estranha, peculiar, anormal, deturpada e indesejável — ou simplesmente um expediente para explicar o episódio do Desapontamento de 1844, como alguns antagonistas têm afirmado. Não é um desvio da fé cristã histórica. Constitui, porém, o remate lógico e a inevitável consumação dessa fé. É simplesmente o aspecto e o cumprimento da ênfase predita que caracterizaria o evangelho eterno anunciado pela Igreja remanescente na parte final de seu testemunho ao mundo. Testifica que estão ocorrendo extraordinárias transações no Céu, intensamente fascinantes em sua perspectiva e vitais em sua significação.

Devido a sua natureza e significado crucial, a verdade do santuário está fadada a ser objeto de desafios, ataques, insinuações maldosas, e motejos. E isto tanto de dentro como de fora. Podemos esperar semelhante coisa e devemos estar preparados para enfrentá-la. Precisamos ser ciosos da integridade da verdade do santuário, e vigilantes e inflexíveis em sua autêntica defesa. Não podemos ser omissos neste sentido, pois não é uma crença meramente opcional.

Satanás odeia a verdade do santuário, pois sabe que ela é a suprema verdade do Céu para hoje. Ela envolve diretamente a sua pessoa — a seu destino e condenação, a sua futura repressão e final extinção. Ele está procurando ganhar tempo. Deseja intensamente arrastar para a perdição o maior número de pessoas possível. Iniciará e estimulará, portanto, toda tentativa para modificar, reestruturar, deturpar ou alterar a ênfase e o conceito da verdade do santuário, e invalidar seu testemunho, reprimir seu ensino e corromper sua integridade.

Aparecerão revisionistas, reorganizadores, deturpadores e refinados subvertedores. Isso constitui uma evidência de seu caráter e importância cruciais. Tais manobristas jamais concentram a atenção em questões insignificantes. Precisamos estar preparados para manter e defender sólidas posições sobre o santuário contra todos os manipuladores e deturpadores.

Salientamos este ponto: Haverá os que escarnecerão de sua validade, duvidarão de sua base bíblica e esquivar-se-ão de suas confirmações no Espírito de Profecia. A verdade do santuário, mais do que qualquer outro ensino adventista fundamental, completamente à parte de oposição não-adventista, tem sido objeto de ataques vindo de dentro durante toda a nossa existência denominacional. Desde o começo, têm surgido periodicamente indivíduos que têm ridicularizado ou contestado primeiro um aspecto e depois outro.



A. Rios



Arq. Casa

Todos esses solapadores, porém, acabaram nos deixando e geralmente passaram a combater-nos. No entanto, finalmente todos — sem nenhuma exceção — deram em nada. Seus malfadados destroços se espalharam através dos anos. Depois de se empenharem nisso, perderam a fé e jamais fizeram uma boa contribuição para a missão e obra da Igreja.

A verdade do santuário, de origem divina, está fadada a prevalecer, pois os que a combatem estão batalhando ontra Deus e a mensa-

gem que Ele designou ao homem. O Senhor sempre teve leais e hábeis defensores, e também os possui hoje em dia. Naturalmente, precisa haver, como com toda verdade, constante aperfeiçoamento, reforço, ampliação, e crescente clareza e amplitude de compreensão. Mas nenhum melhoramento genuíno invalida os abalizados princípios fundamentais do passado. Os autênticos paladinos da verdade nunca subvertem. Deus, posteriormente, jamais nega ou abandona o que uma vez Ele ajudou e confirmou.

Temos de encarar, portanto, com

suspeita os que querem minar e demolir o que nossos antepassados se esforçaram por estabelecer com fidelidade e firmeza sob a evidente bênção de Deus, e o que Seu Espírito atestou reiteradas vezes.

Os ataques por vezes se centralizam na realidade do santuário no Céu, como o grande original. Isto não é imaginário. Fomos advertidos de que "o inimigo introduzirá doutrinas falsas, tais como a de que não existe um santuário. Este é um dos pontos em que alguns se apartarão da fé" (*Review and Herald*, 25 de maio de 1905).

Também podem concentrar-se na cronologia, na determinação do tempo ou nas relações integrais de Daniel 8 e 9. Ou talvez recaiam sobre questões de semântica a respeito de aspectos técnicos da expiação, do escopo e designio da purificação do santuário, do aperfeiçoamento dos santos ou dos acontecimentos e processos da hora de transição final.

O que o Maligno mais gosta é de desviar-nos do esquema da verdade positiva e induzir-nos a gastar tempo e esforço em digressões, disputas ou na refutação de discrepâncias. Não devemos dar-lhe essa satisfação.

À luz dos fatores precedentes, tomemos essa impugnação básica mencionada por Ellen White e examinemo-la imediatamente: Há realmente um santuário celestial? Ou essa expressão é meramente uma figura de linguagem transcendental usada para simbolizar alguma providência, propósito e atividade abstrata na mente de Deus para a salvação do homem?

O testemunho da Palavra é que o templo no Céu constitui uma suprema realidade revelada divinamente — tão real como o próprio Deus ou a Nova Jerusalém ou o Cordeiro de Deus que agora, como Sacerdote celestial, ministra nesse santuário — e sendo que todas as atividades redentoras promanam dali. É o centro de controle oficial de onde se originam e são dirigidos todos esses sublimes empreendimentos. Tudo isto e muito mais tornar-se-á cada vez mais claro e firme à medida que formos prosseguindo.

Vamos definir a questão. O santuário celestial é real ou apenas metafórico — uma abstração antes que uma realidade? Ao considerar isto não devemos confundir a realidade celestial com os grosseiros elementos e materiais de nosso mundo físico amaldiçoado pelo pecado (I Cor. 15:48 e 49). É claro que isto incluiria a composição do tabernáculo mosaico, feito de ouro, prata, bronze, madeira, linho, pedras e azeite terrestres (Êxo. 25:3-7). Não devemos confundir os deus, pois se encontram em definido contraste.

Em essência, as palavras *real* ou *realidade* se opõem a algo que meramente é figurado, retórico, metafórico, hipotético. *Real* é verdadeiro, concreto, tangível, autêntico. Tudo isto é o contrário de irreal, mítico, imaginário, fictício, químico, visionário, etéreo. O santuário celestial é verdadeiramente real — não uma abstração.

O evangelho eterno — inalterado e inalterável — atinge sua imponente consumação na mensagem dos últimos dias, de que “é chegada a hora do ... juízo [de Deus]”. Esta proclamação mundial do primeiro anjo, tendo surgido no começo do século dezenove, continua a desenvolver-se e atinge sua consumação sob a segunda e terceira mensagens de Apocalipse 14. Na realidade, são apenas uma — sendo simplesmente tripliques em crescente escopo e expansão e cada vez maior ênfase cumulativa.

O Juízo é a fase final das providências e dos processos do santuário, tanto no tipo como no antítipo. Está integralmente vinculado com

“O Juízo é a fase final das providências e dos processos do santuário.”

as providências do santuário, tabernáculo ou templo, pois estes vocabúlos são usados alternadamente.

Devido a seu caráter básico, perscrutemos agora esta verdade fundamental, que é reconhecida como a plataforma da Fé Adventista — pois alguns, em sua confusão, têm chegado a negar a realidade do santuário celestial. Ao tratar desta questão, nós o faremos principalmente de acordo com as evidências apresentadas nos livros de Apocalipse e Hebreus. Contudo, é a profecia precedente, de Daniel, que provê a montagem e o vínculo bíblico para tudo que vem em seguida. Examine-a resumidamente.

Daniel 7, 8 e 9 são tão conhecidos por nós que só requerem algumas alusões ao seu alcance. Primeiro vem a cena do julgamento no capítulo 7:10 — o Ancião de Dias, com miríade de miríade de acompanhantes ministros. Então “assentou-se o tribunal, e se abriram os livros”. Isto acontece depois das ousadas façanhas da “ponta pequena” papal, mas antes do estabelecimento do eterno reino de Deus (v. 14). Isso provê a seqüência e relação do tempo.

Essa, naturalmente, era a mesma ponta pequena que tirou o “contínuo” (R. S. V.) e “deitou abaixo” o “santuário” do “príncipe do exército”. E a “verdade” do Príncipe foi ousadamente “deitada por terra” (8:11 e 12).

Especificamente, foram alterados os Dez Mandamentos. O sábado foi substituído pelo domingo como santo dia de Deus. A imortalidade inata tomou o lugar da vida unicamente em Cristo. A aspersão substituiu a imersão, e assim por diante. O único sacrifício de Cristo no Calvário foi substituído pelo sacrifício da missa sobre dez milhares de altares terrestres. O singular sacerdócio de Cristo — o qual é ao mesmo tempo Deus e homem — foi excluído por um sacerdócio meramente humano, nesses mesmos altares terrestres. E o pão e o vinho da Ceia do Senhor foram suplanta-

dos pela hóstia e pela transubstanciação. Foram afetadas todas as doutrinas.

Então, no capítulo 8:14, por ocasião do tempo designado, ocorre “a purificação do santuário”. E depois da conexão antecedente com as 70 semanas de anos do capítulo 9:24, que conduziram à morte do “Messias, o Príncipe”, “para dar fim aos pecados, para expiar a iniquidade, para trazer a justiça eterna” (vs. 24 e 25). Esse era o luminoso prólogo e engaste do Antigo Testamento. Ele é indispensável e fundamental.

Os séculos passam. No tempo designado — o “tempo do fim” — o Movimento do Advento surgiu precisamente na época determinada, principalmente para anulterar e restaurar a imprescindível e multi-forme “verdade” celestial que fora lançada por terra — a verdade do santuário de Deus e seus múltiplos envoltimentos — elevando-a a sua legítima posição central e a suas transcendentes atuações finais que são uma parte integrante disso tudo.

Na profecia paralela de João, no Novo Testamento, esse antagonismo a Deus e “Seu tabernáculo” é apresentado como sendo tão grande que esse mesmo poder — retratado aí sob o simbolismo da primeira “besta” de Apocalipse 13, a qual emerge do mar das nações durante o mesmo período profético dos 1.260 dias-anos — “abriu a sua boca em blasfêmias contra Deus, para Lhe difamar o nome e difamar o tabernáculo [skenen] e os que habitam no Céu” (Apoc. 13:6).

Há, portanto, incessante inimizade contra o templo-tabernáculo de Deus. E este “tabernáculo” do Apocalipse é claramente definido no capítulo 15:5 como “o templo do tabernáculo [skenes] do testemunho... no Céu”.* É deste templo-tabernáculo, repleto da “glória de Deus”, que são dadas as ordens referentes ao derramamento das sete últimas pragas (v. 8). Tal é seu lugar central e identificação.

Olhe agora atentamente para a múltipla descrição que o apóstolo João faz, no Apocalipse, do “templo” celestial, do “trono” e do “altar”, bem como da “arca do Seu concerto” (11:19). Isto nos habilitará a obter uma idéia geral dos pormenores que impressionaram o vidente inspirado. Também de sua inter-relação, que o apóstolo recebeu a incumbência de escrever para nossa informação e discernimento hoje em dia. João é aí o nosso guia descritivo e interpretador, e por assim dizer nosso “olho que vê” e nosso “ouvido que ouve” (1:1).

Antes de mais nada, o majestoso "templo" (naos), contemplado reiteradas vezes por João em santa visão, é mencionado cerca de quinze vezes. Não somente é denominado "o templo" (sete vezes), mas também "o templo de Deus" (11:1 e 19), "templo do Meu Deus" (3:12) e "Seu templo" (7:15; 11:19). Sua localização é dada e designada claramente como o "templo, que está no Céu" (14:17). E é definido de maneira mais explícita ainda como "o templo do tabernáculo do testemunho... no Céu" (15:5), com sua variante simplificada: "templo do Céu" (16:17).

O "altar" está inseparavelmente ligado com ele (11:1). Bem como o castiçal de sete hastes (1:12). Não há equívocos quanto à intenção das descrições e da localização apresentadas pelo apóstolo, e da realidade — para ele e para nós — do templo ou tabernáculo celestial com os acessórios sagrados que lhe foram mostrados em visão.

Então há o "trono" ao qual João se referiu 39 vezes, no total. Ele é, naturalmente, o aspecto central e predominante do templo, e é constantemente apresentado a João no decorrer de toda a série de suas vi-

sões. Não somente é "um trono" (4:2) e "o trono" (29 vezes), mas é especificamente "o trono de Deus" (três vezes: 7:15; 4:5; 22:1). E é tanto o trono do Pai (3:21; 12:5) como também o trono de Cristo, conjuntamente (3:21; cp. 7:17). Além disso, João declara definitivamente que este trono está "no Céu" (4:2).

É Deus quem Se assenta neste trono (4:2 e 9; 5:7; 6:16; 19:4; 21:5). Este trono majestoso está rodeado de um glorioso "arco-íris" (4:3) e é circundado por assistentes celestiais (4:4 e 6; 5:11) — incluindo um grupo inumerável de anjos. Diante dele ardem "lâmpadas de fogo"

(4:5) e à sua frente estende-se um como que mar de vidro. É o cenário e a fonte de importantes ordens soberanas — como quando João ouviu duas vezes uma "voz" autoritária vinda do trono (16:17; 19:5). Assim o templo e o trono estão inseparavelmente ligados (16:17) — e sempre no Céu. Há uma percepção distinta e declaração de realidade da parte de João.

Quanto ao "altar", ele devia ser medido especificamente. É mencionado oito vezes, e duas vezes é chamado "altar de ouro" (8:3; 9:13). Está situado "diante do trono" (8:3) e "na presença de Deus" (9:13). E cumpre notar que ele também está no templo (11:1). E havia fogo sobre o altar (8:5).

O anjo que dá o sinal de avanço ao Filho do homem sentado sobre a "nuvem branca" e retratado como estando à espera para voltar à Terra, saiu do altar (14:18). E uma voz de mando soou pela segunda vez do altar, no tocante ao ajuntamento das uvas para o lagar da cólera de Deus. Portanto, o altar e o trono estão intimamente relacionados.

Tais são algumas das inspiradas minúcias do templo — seu trono, seu altar e sua arca. E todos eles estão situados no templo no Céu. O "Cordeiro" é constantemente mencionado em ligação com o "trono", estando em pé em suas proximidades ou sentando-Se sobre ele. E há contínua adoração e serviço a Deus "em Seu templo" (7:15).

Por conseguinte, hoje há um trono no Céu, situado no templo de Deus no Céu — com seus pertences, como o altar de ouro e a arca — com tanta certeza como Deus está no Céu. Nossa única esperança de redenção e triunfo se centraliza nesse templo. Nada é mais real — exceto o próprio Deus e o Cordeiro de Deus, que promovem o plano da salvação.

A conclusão é inevitável: Temos verdadeiramente um Cristo real, o qual fez um sacrifício real, por meio de uma morte real. E após uma ressurreição real e uma ascensão real, Ele tornou-Se nosso Sumo Sacerdote real, que ministra num santuário (tabernáculo ou templo) real, num Céu real e efetua uma redenção real. E Ele virá reunir-nos para Si num segundo advento real. Não há nada mais real no Universo do que esta inexorável seqüência — cada aspecto dela, incluindo o Santuário. ■■

Cristo "tornou-Se nosso Sumo Sacerdote real, que ministra num santuário real".



Arq. Casa

* O vocábulo grego skene (tabernáculo) aparece três vezes no Apocalipse (13:6; 15:5; 21:3). E é essa palavra idêntica (skene) que é usada oito vezes tão impressionantemente por Paulo em Hebreus 8 e 9 (8:2 e 5; 9:2, 3, 6, 8, 11 e 21).

A IGREJA E ISRAEL EM ROMANOS 9-11

Dr. Hans K. LaRondelle
Professor de Teologia na Universidade
Andrews, Berrien Springs, Michigan,
EE.UU.

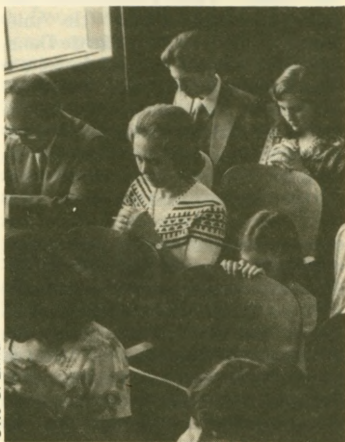
A doutrina da Igreja é de importância decisiva no dispensacionismo.

De acordo com C. C. Ryrie, a Igreja é "distinta de Israel, e não um novo Israel espiritual".¹ Deus tem dois propósitos e programas diferentes para Israel e a Igreja "dentro de Seu plano total". Ryrie declara ainda mais: "A Igreja de modo algum está cumprindo as promessas para Israel.... A época da Igreja não é vista no programa de Deus para Israel. Ela é uma intercalação."² O Novo Testamento não "emaranha as [promessas de Deus a Israel] com a Igreja".³ "E tudo isto — afirma Ryrie — se baseia num estudo indutivo do emprego de duas palavras [Israel e Igreja], e não num esquema sobreposto à Bíblia."⁴ Sua conclusão é a seguinte: "O uso das palavras *Israel* e *Igreja* mostra claramente que no Novo Testamento o Israel nacional continua com suas próprias promessas, e a Igreja jamais é equiparada ao chamado 'novo Israel', mas é cuidadosa e continuamente distinguida como uma distinta obra de Deus nesta era."⁵

Essas afirmações podem ser comprovadas pelo Novo Testamento, usando-se a exegese do método gramatical e histórico, segundo alega o dispensacionismo? Quais são as regras de semelhante exegese?

O Papel do Contexto

Um princípio fundamental de exegese que às vezes é desprezado nas explicações doutrinárias é o papel determinante do contexto — deixando que cada texto ou expressão obtenha seu significado especial de seu próprio contexto imediato. O comentarista sempre enfrenta o perigo de sobrepor o significado de um termo num contexto histó-



Otto S. Lima

rico ao mesmo termo noutro contexto histórico diferente da Escritura Sagrada. É claro que quando dois textos parecem contradizer um ao outro, cada um deles precisa ser interpretado de acordo com seu próprio contexto histórico e literário (ver, por exemplo, Rom. 3:28 e S. Tia. 2:24). A expressão de Romanos precisa ser determinada pelo contexto de Romanos, e o uso que o apóstolo faz da mesma expressão em sua carta aos Gálatas deve ser interpretado pelo contexto de Gálatas. Estes contextos históricos diferem consideravelmente, e não podem ser desprezados ou negados com a finalidade de construir uniformidade doutrinária. Isso seria uma exegese forçada e dogmática que não está mais exposta às nuances dos contextos bíblicos.

"Israel" no Contexto de Romanos

Parece ser claro que em Romanos 9-11 Paulo está visivelmente preocupado com os seus compatriotas, o povo judeu, e que ele realmente faz distinção entre Israel

(quer seja o Israel étnico fora da Igreja ou os crentes judeus) por um lado, e os crentes gentios dentro da Igreja, em Roma, por outro lado. Por quê? Será que ele faz distinção entre Israel e os gentios com base no princípio de que Deus tem duas espécies de povo, com duas promessas e dois destinos escatológicos diferentes? As evidências internas indicam o contrário.

Por exemplo, Paulo recomenda que as duas facções dentro da Igreja de Roma (judeus e gentios) não se vangloriem uma contra a outra no tocante a alguma pretensa superioridade ou prerrogativa (ver Rom. 11:18 e 25; 12:3).⁶ A diferenciação, por parte de Paulo, de origens étnicas dentro da comunidade de fé cristã não o levou a distinguir entre duas diferentes promessas do concerto para Israel e os gentios. O caso é exatamente o oposto.

A preocupação do apóstolo é recordar o propósito original da eleição de Israel em favor de todas as nações — ser uma bênção a todas as famílias do mundo, partilhando com elas a luz salvadora dos concertos de Israel e de seu culto do único Criador-Redentor (ver Isa. 42:1-10; 49:6).

Contra o fundo deste plano de Deus, Paulo relata o surpreendente fato de que "os gentios, que não buscavam a justificação, vieram a alcançá-la, todavia a que decorre da fé [em Jesus, o Messias]; e Israel que buscava lei de justiça não chegou a atingi-la" (Rom. 9:30 e 31). Para o apóstolo, a prova decisiva para permanecer na devida relação do concerto com Deus é ter fé em Cristo como o Messias de Israel (ver Rom. 9:33). Semelhante fé assegura as bênçãos do concerto. Os gentios não têm outro concerto com Deus além do concerto de Deus com Israel.

A representação simbólica de Paulo em Romanos, capítulo 11, de um enxerto de ramos de oliveira brava na única árvore genealógica (o Israel de Deus) proclama vividamente a unidade básica e a continuidade dos concertos de Deus com os patriarcas (a raiz) e Israel (o tronco), por um lado, e com a Igreja de Cristo, por outro lado.

Pela fé em Cristo, os gentios são incorporados na oliveira, o povo de Deus, e participam da raiz de Abraão (ver verso 18). A conclusão não é que Deus os preferiu aos judeus (ver verso 19); mas, como Paulo diz noutra parte aos cristãos gentios, "já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus" (Efés. 2:19).

A lição da parábola da oliveira cultivada, em Romanos 11, é que a Igreja de Cristo se nutre da raiz e do tronco do Israel do Antigo Testamento. O ponto específico de Paulo é, porém, revelar um "mistério" divino acerca do Israel natural: "Veio endurecimento em parte a Israel, até que haja entrado a plenitude [pleroma] dos gentios. E assim [houtros, deste modo] todo o Israel será salvo." Rom. 11:25 e 26.

Quase parece haver unanimidade entre os comentaristas de que Paulo fala aí sobre o Israel étnico e seu meio de salvação em inquebrável ligação com a salvação dos gentios. O apóstolo até apresenta uma interação entre a salvação de "todo o Israel" ou "a plenitude [pleroma]" de Israel (11:12) e o ajuntamento final e completo de todos os gentios a Cristo. Seu ponto não é o de uma ordem de dispensações, e, sim, a resposta espiritual a Cristo de muitos (se não da maioria) dos judeus — uma resposta que promana de sincera inveja da clara manifestação da misericórdia de Deus, em Cristo, aos gentios. "Assim como vós [cristãos gentios] também outrora fostes desobedientes a Deus, mas agora alcançastes misericórdia, à vista da desobediência deles [rejeição de Cristo pelos judeus], assim também estes agora foram desobedientes, para que igualmente eles alcancem misericórdia, à vista da que vos foi concedida. Porque Deus a todos encerrou na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos." Versos 30-32.

Observa-se aí uma admirável ondulação da salvação de Deus: "Deus não concede misericórdia a Israel sem os gentios, mas também não o faz aos gentios sem Israel."⁸

Enlevado por essa maravilhosa visão da fidelidade de Deus à Sua promessa do concerto, a despeito

da infidelidade de Israel — o chamado de Deus a Israel é "irrevogável" (verso 29) — Paulo apresenta uma surpreendente perspectiva do "mistério" do salvífico propósito de Deus para a raça humana como um todo: a misericórdia divina fluiu de Israel para os gentios, a fim de que "todo o Israel" fosse levado a almejar a mesma misericórdia que os gentios têm recebido. A queda de Israel não é irrecuperável. "De modo nenhum; mas pela sua transgressão veio a salvação aos gentios, para pô-los em ciúmes." Verso 11.

O apóstolo revela uma estranha interdependência entre a plena afluência dos gentios à salvação (por meio da pregação do evangelho) e a aceitação de Cristo por "todo o Israel". Paulo chama essa própria "interdependência" de "mistério", a saber, a intenção de Deus, de trazer o Israel natural de volta a Si mesmo e à cultivada "oliveira" da eleição pela graça mediante a Igreja de Cristo, composta principalmente de gentios (a fé é despertada pelo "ciúme"). É de decisiva importância compreender este "mistério" porque o evangelho da salvação — da justificação pela graça mediante a fé — só pode ser mantido nessa interdependência entre Israel e a Igreja. Herman Ridderbos amplia este ponto. Eis o que ele diz a respeito de Romanos 11: "Não se pode admitir outra conversão além daquela que resulta da pregação do evangelho na História (cp. os caps. 10:14 em diante, e 11:11, 14 e 22), e da atividade que em breve chegará até eles por parte do mundo dos crentes gentios (cap. 11:31)"⁹

Como o dispensacionalismo relaciona essa esperança paulina para o Israel étnico com a pregação do evangelho da cruz de Cristo, quando o seu axioma declara que "a glória de Deus há de ser realizada não somente na salvação, mas também no povo judeu"?¹⁰ Como Israel será salvo de acordo com a teologia dispensacional? Bruce Corley, em seu artigo "Os judeus, o Futuro e Deus (Romanos 9-11)" salienta ainda mais esta questão, perguntando: "Devemos esperar que ocorra um milagre apocalíptico sete anos depois que a 'plenitude dos gentios' tenha sido arrebatada para fora do mundo? Os judeus virão por tratamento preferencial ou por meio da justificação pela fé? A primeira opção elimina o âmago do evangelho de Paulo."¹¹

Com efeito, em Romanos 11:26 ("e assim") Paulo enfatiza que "todo o Israel" será salvo precisamente da mesma maneira que todos os

gentios: *unicamente pela fé em Cristo, pela confissão de que Jesus é o ressuscitado Senhor de Israel (ver cap. 10:9-13). Ele declara explicitamente qual é a irrevogável condição de Deus para a salvação de Israel: "Eles também, se não permanecerem na incredulidade, serão enxertados; pois Deus é poderoso para os enxertar de novo."* Cap. 11:23. O Israel nacional, em grande parte, chegara a reivindicar as promessas do concerto de Deus pela confiança em sua relação com o Pai Abraão, esperando, portanto, as bênçãos escatológicas de Deus como garantia incondicional (ver S. Mat. 3:7-9; S. João 8:33 e 34).

Contra essa atitude de jactância na vantagem étnica de Israel (ver Rom. 2:25-29), o apóstolo declara: "Pois não há distinção entre judeu e grego, uma vez que o mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que O invocam. Porque: Todo aquele que invocar o nome do Senhor, será salvo." Cap. 10:12 e 13; cp. Cap. 3:22-24. Assim Paulo remove toda diferença entre os judeus e os gentios diante de Deus.

O propósito da incisiva argumentação de Paulo contra o Israel natural é revelar que sua atitude de justiça aos seus próprios olhos e de fazer reivindicações a Deus enquanto rejeitava o próprio Messias e o evangelho de Yahweh (ver Cap. 9:31 a 10:4) constitui a verdadeira causa de sua queda e rejeição. Isto não significa, porém, que Deus tenha rejeitado a Seu povo Israel (ver Cap. 11:11 e 15)!

Aplicação da Teologia do Remanescente

O apóstolo apela para as conhecidas promessas do "remanescente" nos profetas de Israel para defender sua tese de que as promessas do concerto de Deus não falharam, embora o Israel natural, como nação, deixasse de aceitar a realidade do Messias Jesus. "E não pensemos que a palavra de Deus haja falhado, porque nem todos os de Israel são de fato israelitas." Cap. 9:6.

Assim, Paulo continua a distinção do Antigo Testamento de um Israel espiritual dentro do Israel nacional. Os profetas chamavam esse Israel espiritual de "remanescente", e ele devia ser o portador das promessas do concerto de Deus. No remanescente fiel, Israel sempre continuou sendo o povo de Deus. O Senhor proveu o remanescente por Sua graça soberana, mostrando assim que em todo juízo sobre o Israel nacional Ele não rejeitou aqueles dentre Seu povo que confiaram nE-

le e Lhe obedeceram. As promessas do concerto de Deus jamais podem ser usadas como reivindicações contra Ele, fora de viva relação de fé e obediência para com o Senhor. A promessa e a fé se acham inseparavelmente ligadas, segundo Paulo declara: "Essa é a razão por que [a promessa] provém da fé, para que seja segundo a graça." Cap. 4:16. O dispensacionalismo só aceita esta verdade para o israelita individual, e não para o Israel nacional. Ryrrie comenta o seguinte sobre Romanos 9:6 (com sua distinção do Israel dentro de Israel): "Nesta passagem de Romanos, Paulo está lembrando a seus leitores que ser israelita por nascimento natural não assegura a essa pessoa a vida e o favor prometidos ao crente israelita que se aproximou de Deus pela fé."¹²

Ele deduz que, na opinião de Paulo, o israelita natural não tem o direito de reivindicar a promessa de "vida e favor" do concerto de Deus assegurada tanto no concerto abraâmico como no concerto mosaico. Por que não? Porque a fé e a confiança no Senhor e Seu Messias são a condição de Deus — e não a base — para receber Suas bênçãos! No entanto, esta condição é salvaguardada e mantida no remanescente de Israel, escolhido pela soberana vontade de Deus. Anders Nygren explica: "O 'remanescente' não é apenas um grupo de indivíduos separados, conduzidos para fora de um povo condenado à destruição; ele mesmo é o povo escolhido, é Israel in nuce.... No 'remanescente' Israel continua a viver como o povo de Deus.... A abundante e soberana graça de Deus decide quem deve pertencer ao 'remanescente'.... Mas, de acordo com a eleição de Deus, o 'remanescente' foi conduzido à fé em Cristo. Não tem reivindicações diante de Deus, pois sabe que depende inteiramente de Sua graça. Por isso, como Israel espiritual, ele obtém agora o cumprimento da promessa."¹³

Paulo não se ocupa com a distinção do dispensacionalismo entre o Israel individual e o Israel nacional, em que o indivíduo só tem promessas condicionais, e a nação só tem promessas incondicionais dentro do mesmo concerto. Paulo dá seguimento à teologia dos profetas hebreus sobre o remanescente fiel. "O remanescente é que será salvo." Cap. 9:27, citando Isaías 10:21-23, onde o remanescente de Israel retorna "ao Deus forte".

A mensagem de Paulo é que Deus é fiel a Sua palavra porque proveu outra vez bondosamente um remanescente de Israel que crê, mediante o poder criador de Sua promes-

sa: "Assim pois, também agora, no tempo de hoje, sobrevive um remanescente segundo a eleição da graça." Rom. 11:5.

Os legítimos herdeiros dos concertos mosaico e abraâmico não são os descendentes naturais de Abraão que não crêem ("o Israel segundo a carne", I Cor. 10:18), mas exclusivamente um Israel espiritual, os filhos de Deus. "Isto quer dizer que os filhos nascidos de modo natural não são filhos de Deus. Ao contrário, os filhos nascidos de acordo com a promessa de Deus é que são considerados como... verdadeiros descendentes [de Abraão]" Rom. 9:8, *A Bíblia na Linguagem de Hoje*.

Assim como Isaque não nasceu pelo poder do homem, mas pelo poder criador da generosa promessa de Deus (ver Gên. 18:10 e 14), também o remanescente de Israel, que era crente e constituía o verdadeiro povo de Deus no tempo de Paulo, foi trazido à existência pela palavra criadora da pregação de Cristo Jesus (ver Rom. 10:17). As bênçãos do concerto, como um todo, são prometidas, portanto, somente ao Israel que crê em Cristo, dentro do Israel étnico. Afinal de contas, se a "raiz" de Israel (Cap. 11:16) representa a Abraão, o qual creu em Deus quando era gentio e foi justificado antes de ser circuncidado, então não há base ou preferência étnica para ser membro do povo de Deus ou do remanescente de Israel da maneira como Paulo o compreendia.¹⁴ O nome "cristãos" (Atos 11:26) significa simplesmente "o povo messiânico".

O Israel "da promessa", a nova

As bênçãos do concerto são providas somente àquele que crê em Cristo.



Werner/Casa

comunidade da fé em Cristo, ou a Igreja, não se restringe aos crentes judeus. Em Romanos 9:24, Paulo declara que Deus nos chamou, isto é a Igreja de Cristo (o Messias), "não só dentre os judeus, mas também dentre os gentios". Ele reforça esta conclusão citando Oséias 2:23 e 1:10 (ver Rom. 9:25 e 26), onde Deus fez promessas de aceitação às dez tribos apóstatas de Israel que virtualmente se haviam tornado como seus captores pagãos no exílio assírio. Por conseguinte, Paulo aplica explicitamente o cumprimento escatológico das promessas de restauração para Israel, no livro de Oséias, à Igreja de Cristo como um todo, a qual consiste tanto de judeus como de gentios.

Inferimos que em Romanos Paulo estabelece inquebrantável correlação entre a Igreja e Israel. Por um lado, a Igreja de Cristo ocupa agora o lugar do Israel descrente (os ramos cortados), sendo portanto dotada com as bênçãos e responsabilidades do concerto de Israel. Por outro lado, visto que as intenções redentoras originais de Deus para com Israel são irrevogáveis, a Igreja é convidada a fazer com que o Israel natural tenha ciúmes da misericórdia de Deus para com os gentios. ■■

Bibliografia:

1. C.C. Ryrrie, *Dispensationalism Today* (Evanston, Ill.: Moody Press, 1973), pág. 154.
2. *Idem*, *The Basis of the Premillennial Faith* (Neptune, N. J.: Loizeaux Brothers, 1954), pág. 136.
3. *Idem*, *Dispensationalism Today*, pág. 96.
4. *Ibidem*.
5. *Idem*, pág. 140.
6. W. D. Davies, "Paulo e o Povo de Israel", *New Testament Studies* 24 (1978): 4-39, declara: "Já insinuamos que em Romanos 9-11 Paulo enfrentou uma atitude hostil, incipiente entre os cristãos gentios para com os cristãos de origem judaica e para com os judeus; isto é, ele enfrentou o anti-judaísmo. Essa atitude foi rejeitada por ele." — Página 29.
7. Todos os textos no artigo em inglês, a não ser que sejam especificados de outro modo, são de *The Holy Bible: New International Version*. Copyright 1978 pela New York International Bible Society. Usados com permissão de Zondervan Bible Publishers. Em português foi usada a Edição Revista e Atualizada no Brasil.
8. H. N. Ridderbos, *Poul. An Outline of His Theology* (Grand Rapids, Mich.: Eerdmans, 1975), pág. 360.
9. *Idem*, pág. 358.
10. Ryrrie, *Dispensationalism Today*, pág. 104. Comparar com a pág. 155. (Grifo acrescentado.)
11. B. Corley, em *Southwestern Journal of Theology*, 19:1 (1976), 42-56; a citação é da pág. 51, nota 44; conferir também com G. E. Ladd, *A Theology of the New Testament* (Grand Rapids, Mich.: Eerdmans, 1974), pág. 539; Ridderbos, *op. cit.*, seção 58.
12. Ryrrie, *Dispensationalism Today*, pág. 138.
13. A. Nygren, *Commentary on Romans* (Lafayette: Fortress Press, 1978), págs. 393 e 394.
14. Miles Bourke, *A Study of the Metaphor of the Olive Tree in Romans XI* (Dissertação da Catholic University of America Press, Washington, D.C., 1947), págs. 80-111. Citado por W. D. Davis (ver nota 6).

A GRAÇA DA LEI

Jack Blanco
Pastor da Igreja Adventista do Sétimo
Dia de Palm Springs, Califórnia.

“A lei moral cinge para sempre a todos, tanto a pessoas justificadas como a outros, à sua obediência; e isso não somente com respeito ao assunto nela contido, mas também com respeito à autoridade de Deus, o Criador que a deu. Cristo, no evangelho, de modo algum anulou esta obrigação, mas a fortaleceu... Os que, sob o pretexto de liberdade cristã, praticam algum pecado ou acalentam alguma concupiscência, destroem desse modo o fim da liberdade cristã; a saber, que sendo libertos das mãos de nossos inimigos, sirvamos ao Senhor sem temor, em santidade e justiça diante dEle, todos os dias de nossa vida.” — *The Westminster Confession of Faith* (1647), cap. XIX, art. V, cap. XX, art. III.

Cremos que a lei moral, da maneira como é expressa nos Dez Mandamentos, é tanto da graça como as boas-novas do evangelho que fala da morte, do sepultamento e da ressurreição de Jesus Cristo. Cremos também que esses dez princípios absolutos codificam a personalidade de Deus, representam os princípios de Seu governo e expõem os direitos e as limitações dos que resolvem ter uma parte no reino de Cristo, que redime.

Estas crenças não são adotadas por capricho, nem se acham destituídas de fundamentos bíblicos. Cremos que “toda Escritura é inspirada por Deus” e que a Bíblia, em sua inteireza, provê a necessária



Art. Casa

instrução na justiça (II Tim. 3:16). Portanto, as interpretações da Escritura e as definições da fé não somente se baseiam no contexto imediato de passagens bíblicas, mas também na “inteireza” do contexto desde o Gênesis ao Apocalipse.¹

A fé baseada numa só parte da Escritura suscitaria grande suspeita, quer esteja ou não ensinando todo o conselho de Deus. Para reduzir o risco de interpretar mal a revelação de Deus ou de não compreender devidamente a função da lei

dentro do âmbito de Sua graça, decidimos iniciar nossa interpretação bem no começo.

A Época da Inocência

A Escritura diz: “No princípio criou Deus os céus e a Terra.” Gên. 1:1. Nós asseveramos que o relato da Criação no Gênesis é real e encaramos a história do Jardim sob a mesma luz, não a considerando como um mito, lenda ou como alguma espécie de expressão poética que

retrata um dilema moral. Cremos que houve um tempo de inocência, de uma árvore real, de uma serpente, de uma transgressão literal, e na promessa divina, de redenção por meio de Jesus Cristo (ver Gên. 3:15).

Logo que o homem pecou, Deus reagiu de maneira complacente, prometendo salvar o homem seja o que for que custasse para Sua própria Pessoa, restaurando-o assim à imagem de Deus que foi desfigurada pela desobediência (ver Gên. 3:15; S. João 3:16; Rom. 8:29 e 32). Este objetivo divino constitui ainda hoje as boas-novas de Deus e também o alvo da comunidade de Deus que redime (ver Efés. 4:22-24).

Não cremos que o homem tenha sido criado para cair em pecado a fim de revelar a graça de Deus, ou que a proibição do Jardim fosse contra ele. Em vez disso, cremos que devido ao pecado do homem, a benevolência de Deus não pôde ser contida.² Se o homem houvesse sido criado para pecar, o pecado teria uma causa, mas Deus fez o homem para que refletisse Sua glória por não pecar (ver Gên. 1:26 e 27; I Cor. 10:13; II Cor. 9:8; Rom. 1:19-25).³ Este é ainda o propósito de Deus para o homem na atualidade, e o poder para obedecer é um dom de Deus recebido dEle pela fé. Se a obediência fosse uma opção viável como meio de salvação, Cristo não precisaria ter morrido e Deus não precisaria escrever Sua lei no coração do homem (ver S. Mat. 5:17-19; Heb. 10:15-17). O grande objetivo da criação é ser semelhante a Deus, ser à imagem de Sua Pessoa, o que significa viver em harmonia com o Seu santo caráter (ver S. Mat. 5:44-48).

Assim, o relato do Gênesis é um *a priori* para compreender o propósito de Deus para o homem. No princípio Deus criou o homem e tornou-o capaz de obedecer, e esperava que o fizesse. Quando o pecado o incapacitou, Deus prometeu cumprir a obediência nele (ver Gál. 2:20)⁴.

O Fator do Risco

A moralidade bíblica difere da moralidade secular não somente pela revelação, mas também por sua particularização da vida moral. Também está em acentuado contraste com as generalidades morais sobre o pecado na comunidade cristã. Segundo Carl F. H. Henry salienta em *Christian Personal Ethics*, "As Dez Palavras enunciadas no Sinai contêm os princípios essenciais de justiça que realmente reflete o puro caráter do

"Cremos que devido ao pecado do homem, a benevolência de Deus não pôde ser contida."

santo Deus. Sua definição explícita do dever religioso e moral do homem desvendou de maneira audaz a santa natureza e o propósito do Deus vivo e uma moralidade de permanente obrigação universal. Elas se encontram à parte de todas as injunções temporais na revelação bíblica e são válidas para todos os homens em todos os lugares e em todos os tempos."⁵

No entanto, se a moralidade bíblica inclui as "Dez Palavras" proferidas no Sinai, o que Paulo quer dizer ao afirmar que o concerto sinaita conduziu à servidão, mas o novo concerto conduz à liberdade? Os universais princípios morais de Deus estão em conflito com Sua lei escrita no coração? O Código Moral não foi dado a Israel para ser contra eles, ou a favor deles e contra nós, como se houvesse dois métodos de salvação: um pela graça e outro pela lei, mas a lei foi dada para que a hediondez do pecado e a necessidade da graça que salva se tornassem claros (ver Rom. 7:12 e 13).

A proibição de Deus a Adão e Eva e Seu concerto das "Dez Palavras" com Israel, no Sinai, estão em perfeito acordo. Ambos prometem vida aos que os escolhem. Diferem somente quanto ao meio de obediência, e não quanto ao seu objetivo. No Éden a obediência estava baseada na capacidade inerente do homem para obedecer, ao passo que no Sinai ela se baseava no que Cristo faria pelo homem e dentro dele.⁶ Diariamente era indicado aos israelitas o Cordeiro de Deus que cumpriria a promessa, removeria o pecado e os habilitaria a obedecer aos Dez Mandamentos de Deus, proferidos para seu próprio bem (ver S. João 1:29; 15:10; Gál. 3:28 e 29; 4:26-28; Heb. 9:12-14). Deus jamais tencionou que Seu povo se tornasse aceitável por seus

próprios esforços para obedecer; mas, recebendo-O pela fé, são transformados interiormente, sendo habilitados a fazer Sua boa vontade (ver Filip. 2:13).

Ao codificar os princípios essenciais de justiça que refletem Sua Pessoa, Deus Se arriscou a ser mal compreendido e a que se fizesse mau uso do propósito do Decálogo. Contudo, o "risco divino" que Ele assumiu no Sinai salienta a grande necessidade de uma enunciação da vontade de Deus e torna a Lei irredutivelmente importante como instrumento que dirija os homens e as mulheres ao longo de uma sucessão ininterrupta de corretas escolhas morais. A total incapacidade de Israel para compreender que não poderiam aperfeiçoar-se moralmente sem a ajuda da graça de Deus tornou a experiência do Sinai um símbolo de servidão — análoga ao programa de Abraão com Hagar para resolver a situação por si mesmo (ver Gál. 4:24 e 25).⁷ Toda tentativa abraâmica para cumprir a promessa de Deus pelo esforço humano é legalismo (ver S. João 15:4 e 5). Mas o "legalismo não é atribuível à lei e aos mandamentos, mas ao mau uso deles... Em última análise, o contraste entre o Espírito e a ordem, entre o amor e a lei é artificial."⁸

A Confirmação de Deus

Com uma penada audaz, João expõe o âmago de um conflito que tem afligido alguns cristãos no decorrer dos séculos: "A lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo." S. João 1:17.⁹

No tempo de Paulo, o conflito entre a lei e a graça era causado por judaizantes que propalavam a lei de Moisés como meio de salvação com tanto zelo que jovens conversos estavam apostatando da graça para a lei. Isto fez com que Paulo escrevesse: "Ó gálatas insensatos! Quem vos fascinou a vós outros, ante cujos olhos foi Jesus Cristo exposto como crucificado?... Sois assim insensatos que, tendo começado no Espírito, estejais agora vos aperfeiçoando na carne?" Gál. 3:1 e 3. "Estai pois firmes na liberdade com que Cristo nos libertou." Cap. 5:1, Almeida, antiga.

Cremos que os homens e as mulheres não precisam cumprir certos requisitos para serem justificados e libertos; são convidados a ir a Cristo assim como estão (ver Isa. 1:18; Atos 4:12; Rom. 5:8). Então, uma vez estando livres, perdoados, e tendo nascido de novo com uma nova natureza (ver S. João 3:3), não vivem mais pela promessa, mas pe-

lo cumprimento, pelo "muito mais" de Romanos 5, que é sua alegria e motivação (ver II Cor. 5:14).

Entretanto, a liberdade em Cristo de que Paulo fala em Gálatas não deve ser confundida com obstinação, autonomia ou irresponsabilidade moral. A liberdade bíblica se baseia na restauração do livre arbítrio, o qual se expressa em obediência e responsabilidade moral (ver S. Mat. 25:14-30), bem como na manutenção de crescente comunhão com Cristo (ver Efés. 4:11-15). Conquanto a santidade e a comunhão só sejam possíveis em liberdade, santidade em isolamento é totalmente inadequada para cumprir o plano de Deus para o homem, pois ele requer comunhão responsável (ver S. João 20:15-19; S. Mat. 25:45-51).

Por conseguinte, a proclamação do evangelho abrange não somente as boas-novas da salvação e o perdão dos pecados, mas também o convite para comunhão com o Pai e com Seu Filho (ver I S. João 1:3 e 4). Como novo Dirigente da raça humana, Cristo restaurou a relação do homem com Deus e lhe ofereceu vida espiritual e constante comunhão pela fé. Mas a entrada permanente em Seu reino só é concedida sob a condição de obediência (ver II Cor. 5:17 e 18; Rom. 2:4-13).

Depois de seu primeiro pecado, a natureza do homem sofreu um declínio tão grande que nenhuma quantidade de obediência poderia restaurar-lhe a saúde espiritual. Descrivendo a condição do homem, Isaías diz o seguinte: "Toda a cabeça está doente e todo o coração enfermo. Desde a planta do pé até à cabeça não há nele coisa sã, senão feridas, contusões e chagas inflamadas, umas e outras não espremidas, nem atadas, nem amolecidas com óleo." Isa. 1:5 e 6. "Acaso não há bálsamo em Gileade?" — pergunta Jeremias. "Ou não há lá médico? Por que, pois, não se realizou a cura da filha do meu povo?" Jer. 8:22. E ele responde, então, a sua própria pergunta, orando: "Cura-me, Senhor, e serei curado, salva-me, e serei salvo." Jer. 17:14.

Foi para atender a essa oração procedente do coração da humanidade que Cristo veio. "O Espírito do Senhor está sobre Mim — disse Ele —, pelo que Me ungiu para evangelizar aos pobres; enviou-Me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos. ... Os são não precisam de médico, e, sim, os doentes." S. Luc. 4:18; 5:31. Era Deus em Cristo indo em busca do homem enfermo pelo pecado,



Atq. Casa

para regenerar e curá-lo, e não vice-versa (ver Gên. 3:8-10; II Cor. 5:17).

Portanto, além de ser um ato recriador, a salvação é também um processo restaurador por meio do qual o homem desenvolve cada vez maior semelhança com Deus. Neste processo o homem precisa continuamente escolher a vida. Como uma pessoa recém-nascida, ele precisa aprender como evitar a deterioração moral e preservar a saúde espiritual. A causa e o efeito da obediência ou da desobediência que se vê no mundo natural também é vista no mundo espiritual. A atividade é a própria essência da vida. Procurar viver por comer, sem ser ativo, conduz à degeneração; assim também, os cristãos não podem preservar a vida espiritual recebendo passivamente a graça de Deus e não respondendo ativamente a Cristo guardando os Seus mandamentos. Jesus disse: "Se Me amais, guardareis os Meus mandamentos." S. João 14:15. Como podem, então, as obras opor-se ao que Deus está oferecendo — uma vibrante vida espiritual? Como Deus poderia cravar na cruz e abolir os dez princípios morais em que se baseia o procedimento de todo o Seu Universo?

A Lei não pode salvar, mas pode condenar; não pode dar vida, mas pode tirá-la. A obediência não pode produzir vida espiritual, mas a desobediência pode dissipá-la. Isto significa que as boas obras não podem salvar-nos, mas também não podemos ser salvos sem elas. A livre responsabilidade do homem não consiste em obter a salvação, mas em mantê-la como mordomo do bondoso ato de Deus em Jesus Cristo. Segundo diz o apóstolo, "amar a Deus é obedecer a Seus manda-



Haber

mentos. E Seus mandamentos não são difíceis de obedecer" (I S. João 5:3, BLH).

Despenseiros da Graça

Paulo fez o máximo possível para ajudar seus "irmãos segundo a carne" a ver que observância da lei não é justiça (ver Rom. 9:3, 31 e 32). No entanto, seus esforços para ajudá-los a reconhecer sua necessidade da graça de Deus foram interpretados como se ele fosse contra a obediência. Embora se opusesse à observância da lei como meio de salvação, Paulo confirma e defende explicitamente tanto a lei do Decálogo como os mandamentos do Senhor (ver Efés. 6:2; I Cor. 14:37), tornando inócua qualquer tentativa para retratar o grande apóstolo como antinomiano.¹⁰

Um equívoco similar ocorreu nos dias de Lutero, quando os anabatistas e especialmente J. Agrícola afirmaram que suas idéias antinomianas resultaram logicamente da doutrina da justificação, de Lutero, e que o crente de maneira alguma era obrigado a cumprir a lei moral.¹¹

Lutero condenou isso veementemente, e mais tarde uma proscrição do antinomianismo foi inserida na Fórmula da Concórdia, onde se asseverou firmemente que a liberdade dos cristãos com respeito aos reclamos da lei não deve ser interpretada como significando liberdade de obrigação.¹²

Assim, através dos séculos, os movimentos do pêndulo teológico causados por demasiada ênfase compensadora sobre a lei ou sobre a graça têm rompido a devida relação de ambas para com o processo redentor da parte de Deus, chegando até a destruir sua eficácia. A Escritura adverte contra tais desequilíbrios. Por isso Tiago fala sem rebuços contra a conduta negligente causada pelo abuso da graça (ver S. Tiago 2:14-26); e Paulo mostra como a conduta irresponsável é causada pelo abuso da lei em que as pessoas não encontram forças para obedecer e conseqüentemente abandonam a moralidade como algo inatingível (ver Rom. 2:17-29).

Indubitavelmente, o homem é salvo pela graça e não pelas obras (ver Efés. 2:8 e 9), mas também é certo que "Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más" (Ecles. 12:14). "Todas as obras" incluem as dos cristãos. Se as obras não tivessem valor para eles, por que serão considerados responsáveis? Os que aceitam a Cristo como Senhor não são isentados do Juízo antes que sejam permanentemente incorporados ao reino de Deus (S. Mat. 7:21-23; 25:34-45).

Infelizmente, a certeza de um julgamento tem conduzido freqüentemente a uma preocupação legalista com o pecado e a introversão demasiado ansiosa. Para evitar semelhante "perturbação mental", a tentativa antinomiana para alcançar uma certeza mais profunda do que pode ser dada pela evidência exterior amiúde conduz a uma segurança interior que não pode ser confirmada objetivamente.¹³ Quando o rico e jovem príncipe perguntou a Cristo: "Que farei para herdar a vida eterna?" ele estava buscando certeza objetiva, e Cristo, aceitando sua pergunta como legítima, respondeu: "Guarda os mandamentos ..., e segue-Me" (ver S. Mat. 19:16-22). Obviamente, Ele não estava recomendando que esse jovem conquistasse a sua salvação, apoiando assim o legalismo, nem estava insinuando que a obediência é sem importância, apoiando assim o antinomianismo. Amor no coração por Cristo e obediência na vida é um conjunto divino pelo qual os

crentes podem comprovar sua relação com Cristo para a salvação e seu crescimento na comunhão com o Pai (ver S. João 17:3; I S. João 1:3). Introspecção objetiva faz parte do legítimo processo assegurador da vida cristã, e quando é guiada pelo Espírito Santo não se opõe ao evangelho (ver Isa. 8:20; I S. João 4:1-3; 5:1-3).

Portanto, o julgamento final é mais do que inexplicável triunfo escatológico da glória de Cristo. O ponto final (telos) da seqüência de tempo de Deus abrange uma avaliação moral definitiva de todos os homens, incluindo os cristãos (ver S. Mat. 24:30 e 31; 25:31-33). Aceitamos este relato do julgamento no tempo do fim, que se encontra na Escritura, tão realisticamente como o fazemos com o relato da Criação, no Gênesis. Afirmar, portanto, como alguns têm feito, que o juízo ocorreu na cruz e já foi completado é tornar o grande Dia da Expição um fenômeno do passado, arrancando-o de seu lugar no tempo do fim e desprezando todo o assunto do julgamento na Escritura, do Gênesis ao Apocalipse, especialmente

a preparação escatológica que se espera da parte dos santos (ver S. Mat. 25:1-13; Apoc. 19:7 e 8).¹⁴

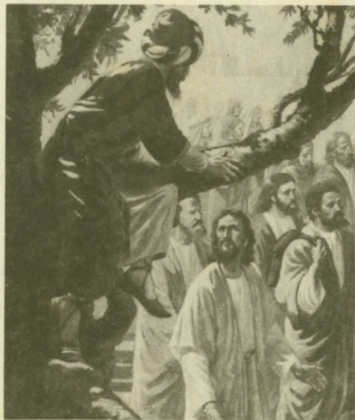
Se o viver moral (observância da lei pela livre escolha daquilo que é bom de acordo com a vontade de Deus expressa na Escritura) não é necessário para a concessão permanente da vida eterna, por que haverá, então, uma avaliação final dos cristãos? (Ver II Cor. 5:10.) Por que a ênfase do tempo do fim sobre a chegada da "hora do Seu juízo" (Apoc. 14:6 e 7), se o juízo já passou? Se a lei moral é uma codificação do caráter de Cristo, que é imutável, então a lei também é imutável (ver Heb. 13:8; Sal. 89:34; Rom. 7:12; S. Mat. 5:17 e 18). Segundo diz a Escritura, "Eu, o Senhor, não mudo" (Mal. 3:6). É a constante inalterabilidade do santo caráter e da soberania de Deus que proporciona coesão, substância e segurança a Suas criaturas e ao Universo (ver Colos. 1:16 e 17). O que era moralmente errado ontem, é moralmente errado hoje e será moralmente errado amanhã.

Não cremos que as decisões e os atos morais do homem são sem im-

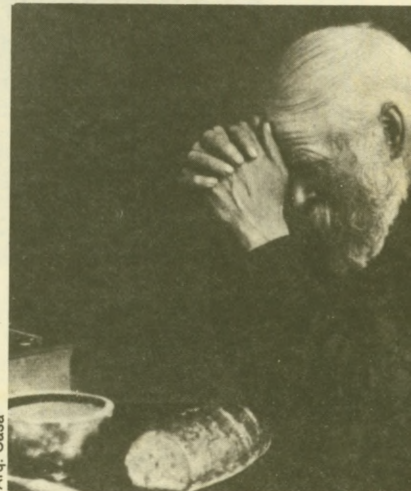


A. Rios

Amor no coração por Cristo conduz à obediência na vida diária.



A. Rios



Arq. Casa

portância para sua entrada final no reino literal de Deus (ver Apoc. 22:12-15) ou que liberdade e responsabilidade sejam mutuamente exclusivas, e nem que as ações da carne nada tenham que ver com o espírito (ver I Coríntios 9:25-27; Filip. 3:8-10). O homem precisa ser salvo de corpo, alma e espírito, e toda a sua pessoa deve estar sob o domínio de Cristo (ver I Tess. 5:23; S. Mat. 20:1-14; Apoc. 22:12-15). Jesus deve ser seu Salvador e seu Rei.

Como crentes em Cristo e na revelação especial de Deus, aceitamos que a Bíblia, "em sua inteireza", provê o melhor contexto hermenêutico para compreender a função da lei. No Éden, no Sinai e no Calvário a lei sempre tem apontado para a vida como ela é em Cristo, quer essa vida seja concedida criadoramente, oferecida redentoramente ou outorgada permanentemente (ver S. João 1:1-4; Gál. 3:24; I Cor. 15:51-54). "Anulamos,

pois, a lei, pela fé? Não, de maneira nenhuma, antes confirmamos a lei." Rom. 3:31.

Notas

1. De acordo com a hermenêutica bíblica, sabemos que a aplicação de um texto da Escritura muitas vezes varia de acordo com o tamanho do contexto escolhido para interpretá-lo. Conseqüentemente, achamos que o contexto "imediatamente" não deve ser a única autoridade para a devida compreensão da Palavra de Deus, mas a "inteireza" da Escritura também desempenha uma parte importante em sua interpretação.

2. A graça não é uma entidade separada de Deus, a fim de ser usada por Ele para salvar pecadores, embora seja essa a sua finalidade; mas, em seu sentido mais amplo, graça é bondade de Deus, um atributo de Sua Pessoa (ver Exo. 34:5-8). Somos salvos por Sua bondade, e isto não vem de nós mesmos (ver Efés. 2:8 e 9).

3. Na Escritura encontram-se várias definições de pecado, as quais se estendem de tais pontos específicos como "Comeste da árvore de que te ordenei que não comesses" e "Sim, eu comi" (Gênesis 3:8-12), até definições tão amplas como "o pecado é a transgressão da lei" (I S. João 3:4). Cremos que o pecado é melhor compreendido ao ser encarado em ambas as suas dimensões: a específica, bem como a geral. Hoje em dia, definições gerais do pecado parecem ser usadas como cobertura para pro-

teger a desobediência subestimando a responsabilidade pessoal para com Deus. Segundo Karl Menninger salienta em seu livro *Whatever Became of Sin?*, "eles podem falar em termos de imoralidade, ética e conduta anti-social, em lugar de pecado, pois isso os absolve de reconhecer um Deus contra o qual estão pecando" (Hawthorne Books, Inc., Nova Iorque, 1974, pág. 46).

4. Quando Cristo promete habilitar o homem a obedecer, vivendo dentro dele, este controle não destrói a liberdade do homem para escolher, fazendo dele um robô. Deus ainda considera o homem responsável por suas escolhas e ações morais, quer haja ou não uma lei escrita (ver Rom. 5:12-14).

5. Carl F. H. Henry, *Christian Personal Ethics*, William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, 1957, pág. 269.

6. O fato de que a vida de Cristo, sem pecado, é creditada na conta do homem (ver Rom. 5:19; II Cor. 5:21) não significa que o homem não está mais sob obrigação moral (S. Mat. 7:21; 25:31-46). Por outro lado, também não é verdade que, uma vez tendo aceito a Cristo e sido perdoado, o homem precisa obedecer à lei de Deus por si mesmo e sem ajuda (Ezeq. 36:26 e 27; Heb. 4:15 e 16).

7. Não entendemos que a total depravação do homem denote seu total colapso moral, e, sim, sua total incapacidade moral para viver moralmente por si mesmo. Esta compreensão da situação moral do homem nos coloca mais perto da posição bruneriana quanto aos efeitos do pecado sobre a Imago Dei, do que da posição bartiana. Por mais débil que seja o homem em sua situação moral, ele ainda é responsável a Deus por não usar a graça disponível e por toda falta de demonstração de fé.

8. Henry, *op. cit.*, pág. 358.

9. Este texto freqüentemente é interpretado de modo a significar que a graça está em oposição à lei. A palavra "mas" foi suprida pelos tradutores e amiúde diminui a principal ênfase de João, de que Cristo, e não Moisés, é a fonte da graça;

10. *The International Standard Bible Encyclopedia*, vol. 1, *Command; Commandment*, "Developed N.T. Concept", William B. Eerdmans Publishing Company, Grand Rapids, Michigan, 1979, pág. 736.

11. "Na disputa com Lutero em Wittenberg (1537), alega-se que Agricola disse que um homem foi salvo unicamente pela fé, sem levar em consideração o seu caráter moral. Estas idéias de Agricola foram denunciadas por Lutero como uma caricatura do Evangelho; mas, apesar disso, os antinomianos apelaram reiteradas vezes para os escritos de Lutero e reivindicaram seu apoio para suas opiniões. Essa reivindicação se baseia, porém, meramente em certas ambigüidades nas expressões de Lutero e em geral compreensão errônea do ensino do reformador." — Ernest F. Kevan, *The Grace of Law*, Baker Book House, Grand Rapids, Michigan, 1976, pág. 23.

12. A Fórmula da Concórdia asseverou firmemente que a liberdade cristã em relação com os reclamos da lei não deve ser interpretada de maneira a denotar "que era facultativo cumprir ou omiti-los, ou que [os cristãos] podem agir contrariamente à Lei de Deus, retendo no entanto a fé e o favor e a graça de Deus" (Art. IV)." — ISBE. "Antinomianism", pág. 141 f.

13. Kevan, *op. cit.*, págs. 210-212.

14. Não interpretamos a preparação dos santos mencionada no Apocalipse como se referindo à ética Schweitzeriana, a qual interpreta que a necessidade de preparação moral só se aplica a um breve intervalo imediatamente antes do estabelecimento do reino de Deus, sem levar em conta quando virá esse reino.



Arq. Casa

A lei de Deus sempre tem apontado para Cristo.

MINISTÉRIO ADVENTISTA

Uma Revista para Pastores e Obreiros

JAN/FEV 84



NÚMERO 1